



Anais da Assembléia

Nº 84

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 02 DE OUTUBRO DE 1989

ANO XV

3. ^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 68.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 1989.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero, Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (44).

Achando-se ausentes os Senhores Deputados José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Antônio Annibelli, David Cheriegate, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Rogério Carvalho, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti e Pedro Tonelli (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 65/89

Curitiba, 13 de setembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, na forma dos mandamentos contidos no art. 37, inciso XI, da Magna Carta Federal e no art. 17, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da mesma Carta, objetiva estabelecer o valor da remuneração dos Secretários de Estado, como limite máximo para remuneração de servidores civis ou militares, ativos e inativos, e de pensionistas da Administração Direta e da Indireta do Estado.

Visa ainda a aplicação de tais limites aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, assim como aos do Tribunal de Contas, aos membros da Magistratura, do Ministério Público, da Assembléia Legislativa do Estado e aos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa, além de cumprir os já mencionados preceitos da Constituição Federal, leva em conta a norma contida no art. 38, do Ato das Disposições Transitórias e retrata a constante preocupação do Governo do Estado em manter a remuneração de todo o funcionalismo do Estado em índices não só suportáveis pelo erário público mas também justos e sem excessos de quaisquer natureza.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos que me foi encaminhada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração, cujos termos são por mim ratificados, apresenta maiores esclarecimentos, os quais ressaltam a necessidade, oportunidade e o alto significado da medida que ora submeto a exame dessa Casa de Leis.

Certo de que o anteprojeto de lei em causa merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A remuneração mensal do servidor civil ou militar, ativo e inativo, e do pensionista da Administração Direta e da Indireta do Poder Executivo terá como limite máximo o valor da remuneração dos Secretários de Estado.

§ 1º - Nos casos de acumulação legal-

mente permitida, o limite máximo será observado em relação a cada cargo, emprego, função, posto ou graduação.

§ 2º - No caso de servidor requisitado ou cedido, a entidade beneficiária considerará, para efeito de complementação salarial ou de concessão de quaisquer vantagens, o montante dos valores pagos pelo órgão ou entidade de origem, devendo ser observados os limites estabelecidos por esta Lei.

Art. 2º - Para efeitos desta lei, deduzida a parcela de contribuição compulsória para entidades previdenciárias, remuneração é a soma dos valores percebidos em espécie, a qualquer título, em razão do cargo, emprego, função, posto ou graduação, de caráter efetivo ou transitório, excluídos:

- I - diárias;
- II - décimo terceiro salário;
- III - adicional de férias;
- IV - adicional por tempo de serviço, até 35%

V - indenização decorrentes de rescisão de contratos de trabalho.

Art. 3º - Os valores que estiverem sendo percebidos em desacordo com o estabelecido nesta lei serão imediatamente ajustados aos limites decorrentes.

Art. 4º - As disposições desta lei aplica-se aos:

- I - servidores do Poder Judiciário;
- II - servidores do Poder Legislativo;
- III - servidores do Tribunal de Contas do Estado;
- IV - membros e órgãos da Magistratura;
- V - membros do Ministério Público;
- VI - membros do Corpo Deliberativo do Tribunal de Contas do Estado;
- VII - Procuradores e Auditores do Tribunal de Contas do Estado; e
- VIII - membros da Assembléia Legislativa.

Parágrafo Único - Este artigo estende-se ao respectivo pessoal inativo, bem como aos pensionistas.

Art. 5º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado, fica fixada, a partir do mês de setembro, em NCz\$ 4.375,00 (quatro mil, trezentos e setenta e cinco e cruzados novos), de vencimento e NCz\$ 4.375,00 (quatro mil, trezentos e setenta e cinco cruzados novos), pelo exercício de encargos especiais.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 1989, ficando revogados o artigo 1º da Lei nº 9.048, de 04 de julho de 1989 e demais disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 66/89

Curitiba, 22 de setembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a gratificação de que trata o artigo 92, da Lei Complementar nº 14/82, de 26 de maio de 1982, com a redação dada pela Lei Complementar nº 35/86, de 24 de dezembro de 1986 e alterada pela Lei nº 8.931, de 24 de janeiro de 1989, será elevada para 57% (cinquenta e sete por cento) ao ocupante do cargo de carreira de Delegado de Polícia e para 80% (oitenta por cento) aos demais ocupantes de cargos policiais civis.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa resulta de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Segurança, da Administração e da Fazenda, e é proposto conforme ofício nº 1.440/89, de 31.08.89, adiante transcrito, firmado pelo Senhor Secretário de Estado Titular da SESP, segundo o qual:

"Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência que a Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial - RETEP, prevista no artigo 92 da Lei Complementar nº 14/82, de 26 de maio de 1982, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil, seja elevado em 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de setembro do corrente ano.

Esclareço, outrossim, que a ampliação do referido benefício tem o escopo de atender as reivindicações dos policiais civis, bem como dar continuidade ao plano desenvolvido por esta Pasta no sentido de proporcionar melhoria salarial à referida categoria, que passa assim a auferir remuneração mais justa e adequada à atual conjuntura econômica".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1 - A gratificação de que trata o art. 92, da Lei Complementar nº 14/82, com a redação dada pela Lei Complementar nº 35/86, e alterada pelo art. 3º da Lei nº 8931, de 24 de janeiro de 1989, fica elevada para 57% (cinquenta e sete por cento) ao ocupante de cargo da carreira de Delegado de Polícia e para 80% (oitenta por cento) aos demais ocupantes de cargos policiais civis.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1989, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Curitiba, 22 de setembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o valor do soldo de Coronel da Polícia Militar fica elevado para NCz\$ 889,40 (oitocentos e oitenta e nove cruzados novos e quarenta centavos), a partir de 1° de setembro do corrente ano.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa decorre do Ofício n° 198/89, de 20.09.89, firmado pelo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, cujos termos, por mim ratificados, são os seguintes:

"Sirvo-me do presente para propor a Vossa Excelência, o envio de Mensagem Governamental à Assembléia Legislativa, fixando o soldo do Posto de Coronel da Polícia Militar em NCz\$ 889,40, a partir de 1° de setembro corrente.

Em decorrência desse novo valor, os soldos dos demais Postos e Graduações passarão a ser os seguintes:

Tenente Coronel	NCz\$ 812,02
Major	NCz\$ 775,56
Capitão	NCz\$ 711,52
1° Tenente	NCz\$ 650,15
2° Tenente	NCz\$ 585,23
Aspirante a Oficial	NCz\$ 473,16
Aluno CFO (último ano)	NCz\$ 321,96
Aluno CFO (demais anos)	NCz\$ 296,17
Subtenente	NCz\$ 473,16
1° Sargento	NCz\$ 424,24
2° Sargento	NCz\$ 384,22
3° Sargento	NCz\$ 355,76
Cabo	NCz\$ 337,97
Soldado 1ª Classe	NCz\$ 321,96
Soldado 2ª Classe	NCz\$ 296,17

O valor proposto visa compensar os Policiais Militares pela natureza específica de suas funções e das condições para o seu exercício, que implicam em irregularidades de horário de trabalho, escalas extras, prontidões e policiamentos preventivos em locais de diversões públicas aos finais de semana.

Visa, também, oferecer melhores condições salariais a fim de reduzir as constantes exclusões a pedido e transferência para a reserva, atualmente em número maior que as inclusões de novos integrantes, o que vem causando sérios transtornos à operacionalidade e eficácia da Corporação.

Cabe observar, outrossim, que os valores propostos não caracterizam uma revisão geral na remuneração recebida pelos componentes da Polícia Militar, mas sim, uma adequação salarial em função das características próprias do trabalho policial.

Esclareço que os custos adicionais da medida proposta totalizarão NCz\$ 2,86 milhões sobre os valores de agosto, incluindo-se o pessoal ativo e inativo".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O valor do soldo de Coronel de Polícia Militar fica elevado para NCz\$ 889,40 (oitocentos e oitenta e nove cruzados novos e quarenta centavos), a partir de 1° de setembro de 1989.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de setembro de 1989, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o n° DTL/SAT/CC 174/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 337/88, tendo em vista que o art. 30, inciso IV, da Constituição Federal dispõe que compete aos Municípios "criar, organizar, e suprimir distritos, observada a legislação estadual". À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n°s DTL/SAT 172, 173, 175, 176, 177 e 178/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os seguintes Projetos de Lei:

De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que altera a Lei n° 8.679, de 22 de dezembro de 1987, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.078. Anote-se - Arquite-se.

N° 300/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o art. 1° da Lei n° 5.872, de 11 de novembro de 1968, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.079. Anote-se - Arquite-se.

N° 40/89, de autoria do Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO SOCIAL DOS CABOS E SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.080. Anote-se - Arquite-se.

N° 066/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pais e funcionários da SETR/DER, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.081. Anote-se - Arquite-se.

Nº 145/89, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que declara de Utilidade Pública Estadual, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DS EXCEPCIONAIS DE PALMAS- APAE, com sede e foro na cidade de Palmas, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.082. Anote-se - Arquite-se.

Nº 278/89, de autoria do ex-Deputado José Domingos Scarpellini, que denomina Rodovia José Miguel Lino, o trecho compreendido entre o Município de Rosário do Ivaí até o Município de Grandes Rios, o qual convertido em Lei tomou o nº 9083. Anote-se - Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1902

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Douto Plenário desta Casa, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 037/89, de sua autoria, que cria o Parque Estadual São Francisco, no Rio do mesmo nome, no Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO Nº 1950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 270/88, que muda a denominação do Colégio Estadual Valle Porto, de Antonina, neste Estado, para Colégio Estadual Moysés Lupion".

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

De acordo com documentação de aprovação, anexada ao citado projeto de lei, solicitamos de Vossa Excelência, a determinação para Regime de Urgência ao mesmo, visto que este recebeu pareceres favoráveis das Comissões respectivas. Desta maneira pretendemos atender a solicitação da população antoninense que pretende ver tal denominação tornada realidade ainda no transcorrer do corrente ano.

REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o colendo Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 235/89, que declara de Utilidade Pública o MOVIMENTO DO GRAAL NO BRASIL, com sede e foro na Cidade de Apucarana- Pr.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

REQUERIMENTO Nº 1953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 234/89, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda- ASSEFACRE, com sede e foro na Cidade de Curitiba-Pr.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO Nº 1979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 189/89, de autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O referido projeto de lei encontra-se em regime de Urgência, protocolo nº 7729/89, aprovado em 22.08.89.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO Nº 1905

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 1959

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO Nº 1917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia pelo prazo de 10 (dez) Sessões, o Projeto de Lei n° 343/88, constante da Ordem do Dia de hoje em 1ª Discussão.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1918

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia pelo prazo de 10 (dez) Sessões, o Projeto de Lei n° 37/88, constante da Ordem do Dia de hoje em 1ª Discussão.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o douto Plenário, REQUER, a inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

REQUERIMENTO N° 1981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Votação Nominal para o Projeto de Lei n° 343/88.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 1975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja marcada para o dia 01.12.89 a outorga do Título de Cidadania Honorária do Paraná ao Sr. Manoel Ferreira.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1911

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ VIEIRA - morador antigo e um dos desbravadores do Município de Salto do Lontra - ocorrido nesta Capital. Solicita-se, ainda, que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

José Vieira foi um autêntico desbrava-

dor - um dos primeiros a empreender a conquista das terras marginais ao rio Lontra; um incansável batalhador da antiga vila do Lontra que participou, igualmente da luta pela emancipação do Município de Salto do Lontra, finalmente conquistada em 1964. Ao lado do antigo Deputado Busato, pôde realizar um notável trabalho de assistência à população carente, além de ter sido Vereador, candidato a Prefeito e, no atual período, exercendo as funções de Sub-Prefeito. Merece, pois, o reconhecimento e a homenagem ora proposta, para a qual desejamos ver associado o Augusto Poder Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO N° 1963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 19 de setembro último, do senhor JOSUÉ EDUARDO. Pai de nove filhos, casado com a senhora Juvelina Cardoso Eduardo, foi vereador no Município de Salto do Lontra e exercia o cargo de Vice-Prefeito do Distrito de Rio Galvão, onde viveu por 32 anos, prestando com seu trabalho, dedicação e profundo devotamento à causa pública inestimável contribuição para o desenvolvimento da região. Requer, outrossim que se dê ciência dessa homenagem e se transmita os votos de profundo pesar deste Poder à família do extinto, em nome de seu filho Altair Eduardo, endereço: Prefeitura Municipal de Salto do Lontra-Pr.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO N° 1921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Congratulações pela realização do VIII Encontro Paranaense de Medicina Veterinária, de 19 a 22 de setembro de 1989, nesta Capital.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Dr. Valmir Kovaliwski de Souza - Digníssimo Presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - Rua Mal. Deodoro n° 497 - 9° Andar s/91 - 80.020 - Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1961

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Exce-

lentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Luiziana, Nelson Tureck, pela passagem do primeiro aniversário de emancipação política e Luiziana.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Através da assinatura da Lei n° 8549, foi criado o Município de Luiziana, através da luta incansável de lideranças políticas locais como o vereador Antônio Abrão dos Santos, o atual Prefeito Municipal Nelson Tureck, o padre Alfredo Blume e muitos outros.

Trata-se de reconhecimento governamental a uma cidade progressista, cujo futuro será coroado de êxitos em função da estirpe de seu povo trabalhador e das riquezas regionais.

REQUERIMENTO N° 1962

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Ilustríssimo Senhor Professor Artur Antônio Beertol, Digníssimo Diretor Geral do CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, pelo 80° aniversário da referida instituição.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O CEFET do Paraná, pela sua história de progresso e desenvolvimento, pela sua atuação na área de pesquisa e tecnologia, é um exemplo de instituição educacional em termos de Brasil, em função da excelente qualidade do ensino ministrado e da perfeita organização funcional.

Além de atender milhares de alunos em Curitiba com 6 cursos de segundo grau e três de terceiro grau, a escola mantém uma escola avançada em Medianeira, com uma área de 4 mil metros quadrados, e outras duas em Cornélio Procopio e Pato Branco.

O CEFET, portanto, é uma instituição que serve de orgulho ao Paraná, graças ao trabalho sério de seus dirigentes.

REQUERIMENTO N° 1976

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos desta data do Poder Legislativo, Votos de Congratulações a Senhora Walquíria Siqueira Motta.

A dona Walquíria, 87 anos, há mais de 50 vem trabalhando em prol das outras pessoas. Recentemente, no dia do voluntário, a dona Walquíria foi homenageada pelo Conselho das Entidades Sociais Particulares

de Curitiba (CONSESP), por ser uma das mais antigas voluntárias em atividade no Estado.

Walquíria Siqueira Motta foi, durante longos anos presidente da Associação das Senhoras de Caridade e, apesar de ter origem numa família de posses, acredita que sua última missão, será transferir seus bens aos necessitados.

Em tempos tão difíceis, onde reina tanta miséria e injustiça, é de inestimável importância a existência de pessoas com a índole, o espírito fraterno e solidário de dona Walquíria, disposta a ajudar aos necessitados, sem vistas para lucros ou promoção.

Salutar a homenagem que se presta a esta figura querida da nossa comunidade, como tributo de gratidão deste Poder, pelos serviços de filantropia e caridade prestados à nossa população ao longo de tantos anos.

Que da decisão deste Poder, dê-se ciência à homenageada.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1960

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário que este Poder designe os Deputados Amélia Hruschka e Namir Piacentini para representá-lo, durante as festividades que acontecerão pelo transcurso do aniversário da emancipação política do Município de Campo Mourão, a partir de 05 de outubro de 1989.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Na qualidade de Deputados Estaduais representantes do Município de Campo Mourão, nada mais justo que os referidos Deputados fossem os representantes do Poder Legislativo nas festividades de aniversário de Campo Mourão, transmitindo assim na oportunidade ao povo mourãoense, a preocupação com o bem estar e o progresso daquele Município.

REQUERIMENTO N° 1957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a Constituição desta Assembléia em comissão geral de Plenário, para os Projetos de Lei n°s 244/89 (Mensagem 67/89) e 245/89 (Mensagem 66/89) ambos de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 1895

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja modificado de 120 (cento e vinte) para 45 (quarenta e cinco) dias o prazo constante do Requerimento protocolado pela D.A.P. sob n° 01884, de 19 de setembro de 1989.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1904

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, e aos Secretários de Transportes e Finanças solicitando o envio de duas motoniveladoras, dois caminhões caçamba e uma pá carregadeira para Ouro Verde do Oeste, Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Entendem os Vereadores Leandro Donizetti Alves e Sérgio Ricardo Almeida da Luz, autores do requerimento apresentado na Câmara Municipal de Toledo, se tratar de assunto de vital importância que as autoridades acima citadas atendam a presente solicitação que certamente contribuirá de modo especial à comunidade de Ouro Verde do Oeste, e justificam da seguinte forma: "É bem verdade que hoje o Município-Mãe, que é Toledo, ainda está atendendo o novo Município de Ouro Verde do Oeste, porém sabemos que mais dia ou menos dia isto deixará de ser feito; é natural e justo que aconteça.

Ouro Verde do Oeste, precisará então se estruturar para poder atender a sua população, pelo menos em sua infra-estrutura primária, que são as estradas, mas de grande importância, já que o mesmo será também basicamente um município agrícola.

Como no início de sua instalação oficial, após as eleições, o novo Município não contará com recursos para tal investimento, achamos de grande valia a importância a ajuda do Governo do Estado, doando-lhe os veículos e maquinários mais necessários.

Diante do exposto é aguardado dos nobres pares, o devido apoio.

REQUERIMENTO N° 1908

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial deste Poder Legislativo, ao Excelentíssimo Senhor, Dep. RUBENS BUENO, Secretário de Estado da Ação Social

solicitando, sejam liberados recursos de subvenção social ao Patronato Santo Antônio.

O Patronato Santo Antônio é uma entidade filantrópica de educação e assistência social que atende a cento e vinte menores órfãos, abandonados e carentes, provindos do Juizado de Menores, Delegacia e CEDIT, proporcionando-lhes educação, formação humana e cristã e profissionalização, tendo em vista a posterior reintegração na sociedade.

O Patronato, entretanto, está passando por sérias dificuldades financeiras para continuar atendendo aos seus assistidos.

Com fundamento nisto e confiante na grave sensibilidade do Secretário da Ação Social, aguardamos um pronunciamento favorável à subvenção, impedindo, desta forma, que o Patronato deixe de realizar a brilhante missão de formação e educação de tantos órfãos, criando-lhe oportunidades para tornarem-se pessoas integradas e úteis à sociedade.

Que o teor do presente, seja dada ciência ao Patronato Santo Antonio, no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1909

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial deste Poder Legislativo do Estado, à Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, solicitando sejam priorizados e atendidos, com urgência, os projetos de abastecimento de água da Região Metropolitana de Curitiba, protocolizados sob os seguintes números:

a) ofício n° 470/88 (Campina Grande do Sul e outros);

b) ofício n° 1.406/88 (Colombo e outros);

c) ofício n° 930/87 (Curitiba);

d) ofício n° 451/88 (Curitiba e Araucária);

e) ofício n° 386/88 (Curitiba e outros);

f) ofício n° 003/88 (Curitiba e Região Metropolitana).

A liberação de tais financiamentos, em caráter de prioridade e urgência, faz-se necessária para que a Região Metropolitana de Curitiba, não entre em colapso no abastecimento de água, dentro de pouco tempo.

A SANEPAR tomou algumas medidas, insuficientes, no entanto, para evitar a crise já no próximo verão, onde o consumo de água é superior, mas, a situação persiste e tende a complicar-se com a não realização das obras do sistema Passaúma (em se-

gunda fase) e outras, previstas nos referidos contratos, além do próprio Plano Diretor de Curitiba.

Como todas as obras demandam de tempo para execução, é fundamental que estes recursos sejam viabilizados o mais brevemente possível, evitando-se, desta forma, os prejuízos para mais de um milhão e setecentos mil consumidores.

Que do teor do presente, seja dada ciência aos prefeitos e vereadores das localidades em questão.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1910

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante, subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial deste Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, solicitando seja instalado um telefone público comunitário no interior do Conjunto Residencial Paquetá II, nesta Capital.

O Conjunto Residencial em questão foi construído recentemente, sendo habitado por inúmeras famílias, de baixa renda, que por não possuírem aparelho telefônico particular, são usuários potenciais dos telefones públicos.

No entanto, os telefones públicos instalados naquela região estão colocados distante do conjunto em questão, o que dificulta a sua utilização, principalmente, em casos de emergência.

Sabendo qual atendimento virá beneficiar grande número de pessoas, temos certeza de que a TELEPAR não medirá esforços no sentido de viabilizar a efetivação da solicitação.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1912

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Lar do Menor Dom Bosco em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Lar do Menor Dom Bosco em Campo Mourão é uma entidade que ao longo das últimas décadas tem mantido uma tradição de bom atendimento, eficiência organizacional, no atendimento de pessoas carentes de Campo Mourão. Porém, por motivos de dificuldades financeiras causadas pela elevada

inflação vigente, necessita de auxílio financeiro para continuar atendendo aquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 1913

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para o Lar do Menor Dom Bosco em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Lar do Menor Dom Bosco em Campo Mourão é uma entidade que ao longo das últimas décadas tem mantido uma tradição de bom atendimento, eficiência organizacional, no atendimento de pessoas carentes de Campo Mourão. Porém, por motivos de dificuldades financeiras causadas pela elevada inflação vigente, necessita de auxílio financeiro para continuar atendendo aquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 1914

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Pingo de Gente, localizada no Jardim Tropical I, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Pingo de Gente, localizada no Jardim Tropical I em Campo Mourão é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, causada pela elevada inflação vigente, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1915

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Pingo de Gente, localizada no Jardim Tropical I, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Pingo de Gente, localizada no Jardim Tropical I em Campo Mourão é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, causada pela elevada inflação vigente, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1916

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santo Antônio, localizada no Distrito do Farol do Oeste.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santo Antônio, localizada no Distrito do Farol do Oeste, é uma entidade que atende dezenas de crianças e recém-nascidos, possibilitando que seus pais possam trabalhar. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, causada pela elevada inflação vigente, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1954

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa o encaminhamento de proposição ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, Dr. Saulo Ramos, solicitando que, através de providências imediatas, determine ao Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN, para que proceda à análise científica da droga conhecida por "Tomai", de efeito alucinógeno e extraída de dois vegetais conhecidos por "mariri" e "chacrona", e vem sendo largamente utilizada no País, acobertada por pseudos religiões como forma de seus adeptos entrarem em transe.

Requer também, o encaminhamento, sobre a matéria, de ofício ao Sr. Diretor-Superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, para que proceda investigações sobre o uso e abuso de tal droga, tendo em vista que, conforme apresentado em documentário especial da Rede Manchete, no último dia 13, vem esta sendo consumida inclusive por crianças da mais tenra idade.

Uma vez aprovada a presente proposição, requer-se que, da mesma, seja dado conhecimento ao Sr. Secretário de Estado da Justiça e ao Sr. Superintendente da Polícia Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

No momento em que o mundo, perplexo, assiste a escalada infame e destruidora do narcotráfico, que arrasa nações, invade lares e compromete o futuro da sociedade organizada e até da própria humanidade, através da prática de atos ousados e de violência sem precedentes, não podemos, passivamente, aceitar que no Brasil, livremente, se permita o consumo de drogas, que como a maconha e a cocaína (drogas ilegais), são extraídas de vegetais livremente e assim também consumidas.

REQUERIMENTO N° 1937

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de oitenta (80) casas populares no Município de Cruzeiro do Sul.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1917-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 140 (cento e quarenta) casas populares no Município de Mandaguçu.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1918-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 170 (cento e setenta) casas populares no Município de Mandaguari.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1919

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 100 (cem) casas populares no Município de Quinta do Sol.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1923

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 50 (cinquenta) casas populares no Município de Presidente Castelo Branco.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1924

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 80 (oitenta) casas populares no Município de Alto Paraná.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1925

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 400 (quatrocentas) casas populares no Município de Paranavaí.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1926

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 80 (oitenta) casas populares no Município de Uniflor.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1927

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 80 (oitenta) casas populares no Município de Paraíso do Norte.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 100 (cem) casas populares no Município de Doutor Camargo.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 180 (cento e oitenta) casas populares no Município de Engenheiro

Beltrão.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

((a)) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1930

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odani Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 200 (duzentas) casas populares no Município de Nova Esperança.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

((a)) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odani Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 200 (duzentas) casas populares no Município de Colorado.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

((a)) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odani Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 70 (setenta) casas populares no Município de Ourizona.

Tal solicitação justifica-se plenamente, visando o atendimento à população de baixa renda do município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

((a)) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1933

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odani Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado

de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 150 (cento e cinquenta) casas populares no Município de Japurá.

Tal solicitação justifica-se plenamente, visando o atendimento à população de baixa renda do município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

((a)) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odani Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 80 (oitenta) casas populares no Município de São Tomé.

Tal solicitação justifica-se plenamente, visando o atendimento à população de baixa renda do município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

((a)) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1935

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odani Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 120 (cento e vinte) casas populares no Município de Corumbataí do Sul.

Tal solicitação justifica-se plenamente, visando o atendimento à população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

((a)) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1936

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odani Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 180 (cento e oitenta) casas populares no Município de Manoel Ribas.

O atendimento a esta reivindicação virá ao encontro dos anseios da população de baixa renda daquele município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

((a)) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1942

Senhor Presidente.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, solicitando seja promovido estudos para a construção de 100 (cem) casas populares no Município de Atalaia.

Tal solicitação justifica-se plenamente, visando o atendimento à população de baixa renda do município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, solicitando seja promovido estudos para a construção de 80 (oitenta) unidades habitacionais no Município de Floresta.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois visa o atendimento às comunidades de baixa renda do município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1945

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, solicitando estudos para viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais no Município de Florai.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois visa o atendimento às comunidades de baixa renda do município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, no sentido de urgenciar a construção de 150 (cento e cinquenta) unidades habitacionais no Município de Barbosa Ferraz.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois visa o atendimento à população de baixa renda, que são obrigados a pagar aluguel, comprometendo assim o seu orçamento familiar.

REQUERIMENTO N° 1939

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando a construção de 80 (oitenta) unidades de casas populares no Município de Fênix.

Tal medida justifica-se plenamente, pois visa o atendimento à população de baixa renda, que necessita urgentemente de moradias condizentes com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, solicitando-lhe o exame sobre a possibilidade de construção de 180 (cento e oitenta) casas populares no Município de Terra Boa.

Visando o atendimento à população mais carente, a construção de casas populares é, sem dúvida alguma, de extrema necessidade para a coletividade de baixa renda daquele município, que não dispõe de um teto próprio para morar.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, no sentido de que seja promovido estudos para a viabilização de 80 (oitenta) unidades habitacionais em São Carlos do Ivaí.

Visando o atendimento à população mais carente, a construção de casas populares é, sem dúvida alguma, de extrema necessidade, face ao expressivo número de moradores daquela coletividade que, por sua baixa renda e pagando aluguel, não têm qualquer forma de adquirir moradia digna e compatível com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1943

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, solicitando a promoção de estudos de viabilização para a construção de 280 (duzentos e oitenta) unidades habitacionais no Município de Astorga.

Tal solicitação justifica-se plenamente, tendo em vista a carência de moradias, que vem atingindo principalmente as famílias de menor poder aquisitivo, e a construção destas unidades habitacionais dará aos trabalhadores a condição de adquirir moradia digna e compatível com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1946

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, solicitando a viabilidade de construção de 320 (trezentas e vinte) casas populares, no Município de Paçandu.

Tendo em vista o desenvolvimento alcançado nos últimos anos, Paçandu é hoje mais um dos municípios paranaenses que enfrenta o problema da habitação.

Esta importante obra, cujo alcance social é inquestionável, trará benefícios imediatos ao setor para o qual a mesma foi destinada, a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1947

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, solicitando a viabilidade da construção de 80 (oitenta) casas populares no Distrito de Água Boa, Município de Paçandu.

Justifica-se tal pedido, haja vista as inúmeras solicitações dos moradores do Distrito de Água Boa, que atualmente estão enfrentando um sério problema, o da habitação.

Comprometendo o seu orçamento familiar, com pagamento de aluguéis, os moradores daquele Distrito não têm retorno do dinheiro aplicado e, a construção destas unidades habitacionais, dará condições pa-

ra que as famílias de menor poder aquisitivo, possam adquirir sua propriedade digna com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1948

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, solicitando estudos para viabilizar a construção de 200 (duzentas) unidades habitacionais no Município de Engenheiro Beltrão.

Tal medida visa o atendimento às comunidades mais carentes, que não possuem condições de adquirir nos dias de hoje, moradias dignas com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, no sentido de viabilizar a construção de 530 (quinhentas e trinta) casas populares no Município de Sarandi.

Tendo em vista o desenvolvimento alcançado nos últimos anos, Sarandi é hoje mais um dos municípios paranaenses que enfrenta o problema da habitação.

Esta importante obra, cujo alcance social é inquestionável, trará benefícios imediatos para o setor para o qual a mesma foi destinada, a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1920

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a pronta liberação de recursos arrecadados através da cobrança do SELO PEDÁGIO, para a conservação das rodovias federais no Estado do Paraná.

1. Ministro dos Transportes, Senhor Reinaldo Tavares.

2. Governador do Estado, Sr. Álvaro Dias.

3. Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

É inconcebível que no ano internacional do trânsito, instituído pelo próprio Governo da República, apresente-se índices alarmantes de acidentes causados, na sua maioria, pelo desleixo com que vêm sendo tratadas as nossas rodovias, pelos órgãos responsáveis.

Os governos estaduais, em especial o do Paraná, que nos diz respeito mais de perto, ainda esperam pelo repasse dos recursos oriundos do selo pedágio, cuja proposta era investir na recuperação de nossas precárias estradas, que tem uma grande parcela de contribuição na incidência de desastres.

Até mesmo o Programa Nacional de Segurança no Trânsito, elaborado em junho do ano passado, esbarra em entraves burocráticos, falta de verbas e problemas político-administrativos. Enquanto isso, nas estradas federais implantadas no Paraná, que são menos de 2.000 km, já foram anotados mais de 3.000 acidentes desde o começo do ano até agora.

REQUERIMENTO N° 1964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Antônio Lopes de Noronha, DD. Coordenador da Defesa Civil, solicitando atenção especial à nossa Ilha do Mel, que foi assolada pela ressaca do último dia 17.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Delcino Tavares, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a inclusão do Município de Rio Negro, Estado do Paraná, no Programa SUDS; que deste requerimento seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara daquela cidade.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Delcino Tavares, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de uma ambulância para a cidade de Rio Negro, Estado

do Paraná; que deste requerimento seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara daquela cidade.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Delcino Tavares, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a transferência do INPS de Mafra (Santa Catarina), para a cidade de Rio Negro-PR, a fim de que assim a subordinação do referido órgão, fique à agência de Curitiba, desvinculando-se assim do Estado de Santa Catarina; que deste requerimento seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara daquela cidade.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1968

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Antônio Lopes de Noronha, DD. Coordenador da Defesa Civil, solicitando um auxílio financeiro para minimizar os prejuízos que o Município de Rio Negro sofreu quando da enchente ocorrida no período de 12 a 18 de setembro, proveniente das fortes chuvas que assolaram o referido município.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1969

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER após manifestação do Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando construir 02 (duas) salas de aula na Escola Municipal Santo Antônio, localizada na Flórida Aparecida, Município de Iporã.

Considerando que o setor de educação constitui uma das principais diretrizes administrativas do Município de Iporã, busca o ilustre Prefeito dotar os estabelecimentos de ensino de condições necessárias ao atendimento adequado à comunidade estudantil.

Tendo em vista o crescimento da demanda, as escolas não dispõem de condições para acomodações de todas as crianças. Ob-

jativando superar esta situação, de molde a que o aproveitamento venha ter o resultado desejado, urge sejam construídas salas de aula na Escola Municipal Santo Antônio.

Assim, pois, visa a presente solicitação sejam construídas 02 (duas) salas de aula no referido Colégio.

Por ser de ímpar importância o solicitado à população estudantil, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1970

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitação de equipamento na Polícia Militar de Iporã.

O segundo Batalhão da Polícia Militar de Iporã, encontra-se totalmente desequipado para atendimento das necessidades reclamadas pela população, eis que não dispõe de móveis em condições de utilização, assim como veículo (camburão) e telefone.

Esses fatores têm contribuído para que o serviço sofra prejuízo na sua execução, de forma que o atendimento às preocupações da comunidade, em termos adequadamente a demanda.

Assim, pois, e colimada melhorar significamente tal serviço, é que se postula melhor aparelhamento ao referido pelotão, de forma que a população local venha a ser contemplada com trabalho de nível a que está acostumada receber da polícia Militar do Paraná.

Por ser de ímpar importância a população local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1971

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho, Justiça e Ação Social, Rubens Bueno, solicitação da liberação de verba para remodelação da Praça João Paulo II no distrito de Cafezal, Mu-

nicipio de Iporã.

Considerando a necessidade de se proceder a ampla remodelação da Praça João Paulo II, no distrito de Cafezal, visto ser a mesma ponto de grande afluência de público e que não apresenta condições para suportar e abrigar com eficiência seus usuários.

Por ser o solicitado de vital importância à população local e regional, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1972

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitação da implantação do curso de contabilidade no distrito de Cafezal Município de Iporã.

Desde o início da atual gestão o setor educacional está inserto dentre aqueles que têm merecido a atenção especial eis que integra as diretrizes prioritárias da administração.

Com esse propósito, o Município vem despendendo esforços.

Considerando que o distrito de Cafezal - pela sua pujança econômica e populacional -, não dispõe de escola profissionalizante de 2° Grau, é meta dotar-lhe desse benefício, a fim de que sua comunidade estudantil possa preparar-se melhor sem o prejuízo e desconforto de deslocamento, que, face da grande distância, impossibilita grande contingente de alunos de prosseguir estudando após conclusão do 1° grau.

Por ser o solicitado de vital importância à população estudantil, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1973

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Delso José Trentin, Mui Digno Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitação de liberação de verbas para a construção do muro da Escola Estadual Souza Naves no distrito de Cafe-

zal, Município de Iporã.

A atual administração vem priorizando o setor educacional do Município, dentro de suas diretrizes de trabalho. A Escola Estadual Souza Naves no referido Distrito, necessita da construção do muro para dar maior segurança aos alunos que nela estudam.

Por ser o solicitado de vital importância à população estudantil, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pais com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1978

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, gestionando pela instalação de telefone público comunitário na Vila Vale das Flores, Município de Colombo.

A falta de telefone público naquela localidade, para atender à população, tem gerado grandes transtornos, principalmente nas ocasiões de emergência, quando a utilização daquele meio de comunicação é fundamental.

A fim de que se conheça o local apropriado para a instalação do aparelho, encaminhamos, em anexo nota fiscal do estabelecimento comercial "Mercearia Vale das Flores", ao qual grande parte da população local tem acesso.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1977

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, em conformidade com a Constituição do Estado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado pedido de informações ao Senhor Secretário Especial da Política Habitacional do Estado e Diretor Presidente da COHAPAR, Prof. Odeni Villaca Mongruel, nos seguintes termos:

01 - Onde está lotado o Eng. LIDIO AKIO SASAKI, funcionário da Companhia de Habitação do Paraná, COHAPAR?

02 - Que função vem desempenhando tal funcionário?

03 - Quais as razões para a retenção dos vencimentos e vantagens do referido funcionário, por mais de sete meses?

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A fim de facilitar a compreensão acerca dos fatos em torno do funcionário Lidio Akio Sasaki, da COHAPAR, apresentamos bre-

ve relatório a respeito da sua situação funcional no Estado, nos últimos meses:

OUTUBRO/88 - Em 16.10.88, o Eng. Lidio Akio Sasaki, funcionário da COHAPAR é cedido para a Secretaria do Trabalho.

NOVEMBRO/88 - Em 08.11.88, o Governador do Estado autoriza a transferência de nove funcionários da COHAPAR para a SANEPAR, entre os quais o Eng. Lidio A. Sasaki.

DEZEMBRO/88 - Em 15.12.88, o Governador revoga a autorização referente a oito dos nove funcionários e ratifica a transferência do Eng. Sasaki.

JANEIRO/89 - Em 20.01.89, a COHAPAR comunica ao Eng. Sasaki que está processando sua transferência para a SANEPAR.

Em 31.01.89, a COHAPAR encaminha à SANEPAR, documentos para a efetivação da transferência e determina que o Eng. Sasaki compareça ao setor de Recursos Humanos da SANEPAR, no dia 01.02.89.

FEVEREIRO/89 - Em 01.02.89, o Eng. Sasaki comparece à SANEPAR, conforme determinação e é instruído a aguardar instruções.

Durante o mês de fevereiro/89, dezenas de contactos são feitos em vão com a SANEPAR, para o recebimento das instruções.

Apesar da transferência não se efetivar, a COHAPAR retém o salário referente ao mês de fevereiro/89.

MARÇO/89 - Após dezenas de contatos, o Eng. Sasaki é informado pela SANEPAR que o processo teria retornado à SEDU e à SEAD para averiguações.

A COHAPAR retém os salários do Eng. Sasaki pelo segundo mês consecutivo.

ABRIL/89 - Em 07.04.89, o Secretário do Trabalho solicita a intervenção do Secretário da Administração no processo.

Em 13.04.89, o SENGE/PR comunica a situação ao governador em exercício, Eng. Ary Queiroz e solicita o restabelecimento dos pagamentos devidos.

Em 18.04.89, a COHAPAR informa ao SENGE/PR que o Eng. Sasaki é ex-servidor da COHAPAR e está transferido para a SANEPAR.

Em 24.04.89, a SANEPAR informa ao SENGE/PR que o Eng. Sasaki não foi transferido para a SANEPAR. Admite que o processo de eventual transferência encontra-se tramitando.

A COHAPAR retém os salários do Eng. Sasaki pelo terceiro mês consecutivo.

MAIO/89 - Em 23.05.89, o SENGE/PR comunica ao Governador que o Eng. Sasaki completou seu quarto mês sem salário e solicita providências.

A COHAPAR retém os salários do Eng. Sasaki pelo 4° mês consecutivo.

JUNHO/89 - A COHAPAR retém os salários do Eng. Sasaki pelo 5° mês consecutivo.

JULHO/89 - Em 05.07.89, o processo já possui mais de 150 folhas e a Procuradoria

Geral do Estado, em parecer, entendendo que a transferência não pode ser realizada, pois contraria o Decreto n. 4668, de 17 de janeiro de 1989.

Em 13.07.89, o Secretário do Trabalho, Deputado Rubens Bueno solicita a intervenção do Governador, face à morosidade do processo. Comunica que o eng. Sasaki, funcionário da COHAPAR, cedido à sua Secretaria, não recebe seus vencimentos há seis meses consecutivos.

AGOSTO/89 - A COHAPAR retém pelo sétimo mês consecutivo o pagamento devido ao Eng. Sasaki.

SETEMBRO/89 - A COHAPAR completará o oitavo mês de retenção de salários do Eng. Sasaki.

O SENGE/PR decide encaminhar, paralelamente ao processo administrativo e judicial, uma ampla divulgação da situação em que se encontra o seu Diretor, Eng. Lidio Akio Sasaki.

Considerando os motivos perfilados e buscando pôr fim à situação intranquilha a que está submetido o Eng. Sasaki, confiamos na sensibilidade e prontidão da Secretaria Especial de Política Habitacional, esclarecendo os fatos que tiveram origem na sua área de competência, dentro da brevidade que o próprio caso requer.

Que da decisão do Plenário, seja dada ciência ao Sindicato dos Engenheiros do Paraná, SENGE/PR.

REQUERIMENTO N° 1903

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção, nos Anais da Casa, do artigo "Médico Veterinário - Por trás de tudo está o Homem", de autoria do Médico Veterinário Dr. Paulo de Araújo Guerra, publicado em 13.09.89 no jornal Tribuna do Interior.

Requer, ainda, que do presente, se dê ciência ao Doutor Paulo de Araújo Guerra, no seguinte endereço: Rua Capitão Índio Bandeira, 1820 - ap. 603 - CEP 87.300/Campo Mourão - PR.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a transcrição nos Anais da Casa, após ouvido o Douto Plenário, do editorial "NÃO CHORA, PATO BRANCO", da Gazeta do Sudoeste, de 15 de setembro de 1989, editado em Pato Branco-PR.

Sala das Sessões, em 02.10.89

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

A vista da sensibilidade expressa pelo

editorial "NÃO CHORA, PATO BRANCO", quando do flagelo que atingiu esse progressista Município da Região Sudoeste, entendemos justa a sua inclusão nos Anais desta Augusta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1958

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção nos Anais da Casa, da reportagem publicada pela revista Veja - edição de 27 de setembro próximo passado, sob o título "O SEGREDO DE UM CAMPEÃO DE FARTURA", de autoria da jornalista, da sucursal de Curitiba, MARIA LUIZA REGINALDO MENDES. Requer, ainda, seja consignado votos de louvor e congratulações, na Ata dos Trabalhos da presente sessão, à Direção da Editora Abril e à Redação da Revista Veja, pela publicação de matéria que vem colocar em destaque o desenvolvimento e progresso do Paraná.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento à Direção da Editora Abril, à Redação Geral da Revista VEJA e à Sucursal desta em Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

Através de cinco páginas nobres da revista mais lida no Brasil - VEJA, a jornalista Maria Luiza Reginaldo Mendes, conseguiu mostrar que o trabalho da gente paranaense está superando a crise nacional e mantendo um bom desenvolvimento econômico.

A reportagem, fundamentada em dados e pesquisas, mostra que o Paraná está conseguindo se manter longe da crise econômica do País, apresentando um crescimento industrial - só nos seis primeiros meses deste ano - de 2,3% maior que no mesmo período do ano passado e acima de todos os demais Estados; crescimento no setor agrícola - "até o final do ano devem ser colhidos no Paraná 8 milhões de toneladas de grãos, um quarto de toda produção do País".

Destaca, a reportagem, o comportamento extraordinário da exportação pelo Porto de Paranaguá, como da estrutura fundiária do Estado, composta de médias e pequenas propriedades - em sua maioria - muitas delas participando, de forma organizada, das 360 cooperativas paranaenses.

Mostrando os caminhos e segredos da fartura do Paraná, a Revista Veja, aponta os índices de popularidade do Governador Álvaro Dias, resgatando, da pesquisa da Data Folha, os 91% de aceitação do Governador, evidencia que, de longe, este é entre seus iguais - o mais popular do Brasil. A transparência, o equilíbrio e a lu-

cidez do enfoque dado à matéria, sem dúvida alguma, merece ficar registrado nos Anais da Casa e também os responsáveis pela mesma, merecem os votos solicitados, de louvor e congratulações.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 246/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o cargo de Museólogo, no Quadro Geral do funcionalismo Público da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná.

Art. 2° - O cargo de Museólogo é privativo:

I - dos diplomados em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, por cursos ou escolas reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura;

II - dos diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia, por cursos ou escolas reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura;

III - dos diplomados em Museologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação;

IV - dos diplomados em outros cursos de nível superior que, na data desta lei, contem pelo menos (5) cinco anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovados.

Art. 3° - O Poder Executivo, regulamentará esta lei através de Decreto, 90 dias após a sua promulgação.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Apoio: Raul Lopes, Renato Adur, Iron-di Pugliesi, Vera Agibert, Werner Wanderer e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Povo sem memória é povo sem futuro.

A necessidade de preservar-se a memória nacional e especificamente no âmbito estadual, exige o trabalho especializado de museólogos na ação cultural tais como: planejamento, organização, administração, direção e supervisão de museus e serviços específicos desta classe profissional na área de bens culturais.

Vemos hoje com enorme tristeza, o desaparecimento por incúria ou má fé a perda e o deslocamento de bens culturais, dentro do país ou para o exterior.

Temos certeza que a criação do cargo de museólogo, virá ao encontro da preservação da memória cultural do povo do Paraná. Por outro lado, a exemplo dos Estados

Curitiba, quinta, em 02.10.89

de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, onde já existe tal cargo, vem somente reforçar ainda mais o nosso entendimento com respeito a iniciativa do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 247/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio do Pessoal do Poder Executivo, regidos pela Lei n° 7.424/80, de nível Universitário, fica assegurada a percepção de verba de representação correspondente a 80% (oitenta por cento) sobre o vencimento, incorporável ao mesmo para todos os efeitos legais, extensivo aos inativos.

Art. 2° - Fica aberto o crédito correspondente para as despesas de execução da presente lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de setembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual n° 7.424 de 23 de dezembro de 1980 institui o Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, que abrange inclusive ocupantes de cargos de nível universitário.

A gratificação concedida a título de representação objetiva proporcionar aos ocupantes de cargos de nível universitário melhores condições de apresentação e aperfeiçoamento nas suas respectivas áreas, sem o que a qualidade do trabalho pelos mesmos desempenhados ver-se-ia, em muitos casos, consideravelmente diminuída.

A concessão de verba de representação àqueles profissionais de nível universitário regidas pela Lei n° 7.424/80, é uma forma, diante da situação econômica em que se encontra o país, de se procurar manter em bom nível as funções por estes exercidas, bem como suprir certos obstáculos de cunho meramente material que encontram no exercício de suas respectivas profissões.

Mister faz-se esclarecer que a gratificação ora versada constitui-se em benefício já concedida aos funcionários do Tribunal de Contas e da Assembléia Legislativa desde 01 de Junho de 1989, por força da Lei n° 9018/89 e da Resolução n° 27/89, respectivamente, além de alcançar os ocupantes de cargos de provimento efetivo dos Tribunais de Justiça e Alçada, nos termos do Projeto de Lei n° 200/89, que se encontra em 1ª discussão nessa Casa.

A concessão do benefício fará valer,

pois o supra princípio Constitucional da isonomia disposto no art. 39, § 1º da Magna Carta.

PROJETO DE LEI N° 248/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - A Secretaria de Segurança Pública publicará, quinzenalmente, no Diário Oficial do Estado, a lista de todos os veículos automotores furtados que forem apreendidos pela Polícia do Estado.

Art. 2º - Na publicação deverá constar as seguintes características do veículo apreendido:

- a) número do chassi;
- b) número da placa;
- c) cor;
- d) modelo;
- e) marca;
- f) ano de fabricação.

Art. 3º - Todas as Delegacias de Polícia do Estado, deverão afixar a lista, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento desta, em local de livre acesso ao público.

Parágrafo Único - A Secretaria de Segurança Pública encaminhará a lista a todas as Delegacias de Polícia do Estado, dentro do prazo de 07 (sete) dias, a contar da data da publicação desta.

Art. 4º - O proprietário do veículo apreendido ou localizado, ficará obrigado a ressarcir o Estado, recolhendo em guia própria (GR), os valores correspondentes da publicação, mediante documento comprobatório expedido pela Imprensa Oficial do Estado.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O número de furtos de veículos automotores cresce a cada dia, tanto na zona urbana, como rural. Além de representar um patrimônio de valor elevado para seu proprietário, o veículo automotor é, via de regra, indispensável ao trabalho. É instrumento de trabalho.

Conseqüentemente, a perda deste bem, ocasionada por furto, constitui-se em prejuízo irrecuperável que se avoluma na medida em que transcorre o tempo, até sua recuperação possibilitada pela apreensão deste pela Polícia.

Todavia, os veículos furtados, freqüentemente, são recuperados em localidades distantes daquela onde registrou-se a ocorrência e, já havendo alterações de características, tais como, placa e documentos, que dificultam a localização da origem e do proprietário do veículo recupera-

do.

A publicação da lista dos veículos apreendidos poderá ser realizada a partir do procedimento rotineiro em que se utilizam materiais e estruturas já disponíveis dentro da Secretaria de Segurança Pública, não incorrendo em despesa para o erário público. Antes, representará economia para este, ao tornar desnecessárias as buscas aleatórias de difícil resultado prático.

Com esta medida, puramente administrativa, o Estado ganhará em eficiência ao poder contar com a contribuição dos maiores interessados na localização dos veículos furtados - seus proprietários.

Este procedimento não gera despesa para o Estado, porque o proprietário do veículo será obrigado a ressarcir-lo, através de recolhimento por guia própria.

PROJETO DE LEI N° 249/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Reconhece como entidade de Utilidade Pública a Associação da Vila Militar "AVM".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Vila Militar da Polícia Militar do Estado do Paraná, conhecida pela sigla AVM, em funcionamento há mais de 26 anos, vem prestando relevantes serviços habitacionais, jurídicos, financeiros, recreativos, sociais, de saúde, funerários, e outros importantes atendimentos, não só ao público associado, como também para civis. Associação que durante a sua existência, apesar de contar com um invejável patrimônio, jamais recorreu ao Estado senão para atendê-lo em suas necessidades de aquisição de fardamentos, hoje, e de há muito, com o objetivo de fornecer um melhor produto por preços infra comerciais de sua própria fabricação.

Em nada, até a presente data a AVM recorreu a força estatal para crescimento próprio.

Dirigida sempre por Policiais Militares idealistas, descomprometidos com qualquer escuso interesse e absolutamente comprometidos com a moralidade, o labor, o desprendimento e a intenção maior de ajudar os irmãos milicianos na amenização dos seus inesperados problemas ou necessidades.

O reconhecimento de Utilidade Pública, por parte deste Poder e com aval de sua Excelência o Governador, a bem da verdade significará um diploma de reconhecimento dos Poderes Legislativo e Executivo a uma

entidade que por mais de um quarto de século anonimamente e sem recursos externos senão a míngua colaboração mensal dos seus associados, atende mais de 20 mil funcionários públicos, constituindo-se num verdadeiro instituto previdenciário paralelo.

PROJETO DE LEI N° 250/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a CRUZADA SOCIAL COSME E DAMIAO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É com grata satisfação que submetemos à apreciação pelo Plenário da Assembléia Legislativa Estadual o presente plano de lei que objetiva reconhecer de Utilidade Pública a CRUZADA SOCIAL DE COSME E DAMIAO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA, pelos relevantes serviços prestados à população paranaense.

A CRUZADA SOCIAL COSME E DAMIAO é sociedade civil, com personalidade jurídica distinta da dos seus associados, os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela entidade, tendo por finalidade a prestação de assistência à maternidade e infância.

Desnecessário falar acerca do inestimável trabalho que vem sendo desenvolvido pela Cruzada, desde a sua fundação, em 1981, nos programas especiais destinados à mãe e à criança, desde recém-nascida, até seu crescimento, com atendimento em creches, centros de recreação e outros.

Os beneficiários do trabalho da entidade, esposas e filhos de associados soldados e cabos da Polícia Militar do Estado, são testemunhas do grande serviço prestado pela Cruzada Social de Cosme e Damiano, sem qualquer objetivo financeiro, material e outros que não o filantrópico e assistencial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura o Expediente.

Não há oradores inscritos nem no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL se fará uso do seu horário.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu horário.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTN se fará uso do seu horário.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN se fará uso do seu horário.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu horário.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRP se fará uso do seu horário.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu horário.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu horário. Concedo a palavra ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sábado foi inaugurada a agência nova do Banco do Estado em Francisco Beltrão, com a presença do Governador Álvaro Dias e dos Deputados do PMDB, que foram convidados para o evento.

Este Deputado, Líder do PSDB, não teve em seu gabinete, o convite para esta inauguração. Francisco Beltrão fica no Sudoeste do Paraná, região que nós representamos. Entretanto, o Banco do Estado, quando inaugurou agência em Goiânia, mandou convite. Quando inaugurou agência em Chapecó, mandou convite. Quando inaugurou agência em Campo Grande, mandou convite. Quando inaugurou o sistema "Braille", em Maringá, mandou convite. Quando fez o 1° Seminário de Prefeitos do Paraná, em Curitiba, mandou convite. Quando fez um almoço de confraternização, por ocasião deste 1° Seminário de Prefeitos do Paraná, no Restaurante D. Antônio, na Av. Manoel Ribas, 6.121, em Santa Felicidade, mandou convite. Quando patrocinou o grupo dos onze, que não são aqueles do Leonel Brizola, de 1.960, mas de 11 artistas plásticos, à Av. Antônio de Paiva Cantelmo, em Francisco Beltrão, mandou convite. Quando inaugurou agência em Cascavel, mandou convite. Quando, repito, inaugurou agência em Goiânia, no dia 12 de junho, às 18 horas, na Av. Goiás, 629, também mandou convite. Em Goiânia, ainda, no dia 20 de abril de 1.989, às 17 horas, na Av. Goiás, 639, também mandou convite. Novas instalações da Agência Portão, na Av. República Argentina, 2.925, também mandou convite. Uber-

Itandia, Minas Gerais, Praça Dubal Vilela 193, mandou convite.

Agora, quando inaugura uma nova agência no Sudoeste do Paraná, se esquece, ou faz de propósito, e não manda o convite. Apenas para registrar que o Banco do Paraná é gentil com os Senhores Parlamentares quando inaugura agências fora do Estado. Naturalmente supondo que pelas dificuldades de locomoção, os Parlamentares não poderiam ir a Goiânia. E nem devem. O seu compromisso, como Parlamentar, é no Paraná. Mas, aqui, quando se inaugura alguma coisa na região, esquecem-se e venho de público, dar um recado à Diretoria do Banco do Estado do Paraná e ao Governo do Paraná: eu solicito que não mandem mais convites de inauguração de coisa nenhuma do Banco do Estado do Paraná. Porque à medida em que nós não recebemos, não temos a gentileza de receber um convite de um investimento do Banco, na região que representamos, que é o Sudoeste do Paraná, nós dispensamos qualquer convite, porque a partir do ano que vem teremos um novo Governo. E naturalmente, um Governo que tenha um pouco mais de sensibilidade, seja mais gentil e menos desorganizado que este. Uma desorganização dolosa, porque foi em relação ao Sudoeste, uma forma de discriminação aos Parlamentares que representam aquela região.

Fica o registro e o recado: eu me recuso a receber futuros convites desta Diretoria do Banco do Estado, na medida em que houve discriminação quando foram inauguradas as novas agências do Banco, no Sudoeste do Paraná. Enquanto o Banco discrimina, nós no Sudoeste é que provamos a criação da UNIVALE, a Universidade do Vale do Iguaçu, com assinatura de 9 Deputados daquela região. Enquanto o Banco discrimina, nós vamos continuar falando por aquela região, pelos pequenos produtores, pelos médios produtores, pelos pequenos comerciantes, por aquela gente trabalhadora.

Não é a discriminação do Banco do Estado que vão tirar o entusiasmo, a luta e a garra do Sudoeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Rafael Greca com a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Líder do PDT que me cede este horário.

A tarde e a noite da última quarta-feira foram especialmente trágicas para o Estado do Paraná pelo incêndio ocorrido nas instalações do Arquivo Público do Estado do Paraná. Parece que se perdeu grande parte ou todo o cadastro de terras, o cadastro de documentos agrários e agrícolas do Estado, perdeu-se todo o cadastro

funcional que possibilitaria para o funcionário a revisão de pensões e de pecúlios, e perdeu-se boa parte da documentação do Estado do Paraná.

Impõe-se agora à Secretaria de Administração, que tem a sua frente um Deputado desta Casa, o Deputado Mário Pereira, uma enérgica atuação no sentido da recomposição do Arquivo Público do Estado, porque o patrimônio arquivado é fundamental para a construção do futuro, para a compreensão do presente e para a reconstrução do passado.

Impõe-se, inclusive, o levantamento criterioso deste incêndio para que se comprove efetivamente que foi acidental, que não foi proposital.

Impõe-se, sobremaneira, o levantamento criterioso dos documentos microfilmados - são milhões de horas de documentos microfilmados que são guardados no Arquivo Público do Estado - se perderam, quanto disto se perdeu, quanto disto vai ficar para a história e para os que somos paranaenses.

Essa história de botar fogo no cartório, que era uma prática usual nos princípios da colonização do Paraná, volta e meia, fazia-se um seguro, acertava-se uma posse de terras ilegal e, depois, na hora certa, botava-se fogo no Cartório. E, daí, ninguém tinha mais idade, as pessoas não tinham mais idade. Por exemplo, e me lembro, dizia-se do povo que nascera em Morretes, ao tempo do meu avô que nasceu no Porto de Cima, que ninguém sabia direito a sua idade porque o Cartório tinha sido incendiado pelo coronel de plantão na época.

O Governo Álvaro Dias deve agir com critério, com exatidão, na apuração deste incêndio no Arquivo Público do Estado que, de resto, é uma mancha grave na história política deste Governo. Porque, no mesmo Governo, queimou a Contabilidade do FASPAR, do PROVOPAR estadual; no mesmo Governo queimou a área de documentação do DETRAN do PARANÁ; e, no mesmo Governo, queima o Arquivo Público do Estado exatamente na área mais interessante ou pecuniariamente mais interessante que é a área dos proventos e aposentadoria e, sobretudo, a área dos títulos de propriedades agrária e agrícola.

Impõe-se que esta Assembléia faça uma Comissão de acompanhamento, impõe-se que o Secretário de Administração dê contas à Assembléia e à opinião pública do que foi que aconteceu no Arquivo Público.

Porque se nós não respaldamos direito todas e cada uma destas cinzas teremos motivo de sobra para, depois, serem levantadas, inclusive, dúvidas quanto à lisura do Governo e quanto à lisura do seu procedimento com relação à história e com

relação ao que deve ficar para a história.

Parece que este Arquivo era modelo, que era prova de fogo, era orgulho do Mbá de Ferrante, foi feito no criterioso governo do ex-Governador Jayme Canet Júnior. Dizia-se que era inexpugnável. E, de repente, o Arquivo pega fogo. E nós vamos nos calar? Claro que não vamos nos calar!

O Paraná não pode morrer!

O Paraná não pode acabar no rescaldo de um incêndio!

A Administração Pública do Estado deve ser séria, deve ser criteriosa. E o incêndio de um arquivo não é matéria que não seja de alta, de relevante, de sublime investigação. É preciso perguntarmos: como foi? até quando foi? o que queimou? por que não havia microfiches guardados em outro local? por que o arquivo precisa pegar fogo? como é que a coisa aconteceu? Até para pouparmos o próprio Senhor Governador.

Nós aguardamos uma semana. Eu liguei pessoalmente para o Senhor Gilberto Glierber para me informar da extensão do incêndio.

Todos os historiadores do Paraná estão profundamente preocupados. Mas sobretudo nos devemos preocupar, nós os Deputados, afinal de contas quando se quer guardar alguma coisa para a história, faz-se uma votação aqui neste palácio para que se mande para os Anais da Assembléia. E aonde vão depois os Anais da Assembléia, depois de muitos anos?

Não vão para o Arquivo Público do Estado? Então porque se vai perder isso. O Paraná uma vez já pôs fogo em toda a sua documentação da Alfândega, quando vendemos os documentos da Alfândega de Paranaguá, no Século XVIII e XIX para a fábrica de fogos de artifícios Paiva de Paranaguá, fazer bombinhas de São João com os documentos históricos. Isso aconteceu no nosso Paraná. Agora queima-se o Arquivo Público, queima-se o templo das musas. Só resta realmente pôr fogo nos arquivos da Catedral de Curitiba, e daí nós não teremos passado nenhum. Será isso que quer o Governador? Gostará de começar tudo na era do Senhor A.D., ano 1, hoje? Não é possível. Eu não acredito nisso, eu cobro da Assembléia e do Secretário de Administração, criteriosas explicações, a propósito deste incêndio. Senão poderemos perguntar, como o nosso Engenheiro Dr. Leonel Brizola, será que algo há? Não sei. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso de seu horário. Declina.

Encerrado o horário das Lideranças, a Mesa registra a presença do Prefeito de Quatiguá Senhor Jorge Camilo, com muita honra para esta Casa.

Encerrado o Horário do Expediente,

passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, devidamente apoiado, constante do expediente. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando a constituição desta Casa em Comissão Geral de Plenário, para apreciação dos Projetos de Lei n.ºs 244/89 e 245/89. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu também requeri a inversão da Ordem do Dia, eu gostaria de saber se anexa o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anexado.

De conformidade com o requerimento de inversão acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 55/89 de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que altera os percentuais da Gratificação de Representação dos Cargos em Comissão deste Poder, conforme especifica. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 55/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Os servidores do Poder Legislativo, ocupantes de cargos de provimento em Comissão de simbologia DAS-1 a DAS-5 e de 1-C a 6-C, terão direito a percepção da Gratificação de Representação de

Gabinete nos percentuais de 2.2 (dois pontos dois) e 1.0 (um ponto zero) respectivamente, de acordo com o Art. 172, inciso IV, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos de 1° de setembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.89.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 54/89 de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que define critério para a Operacionalização de Recursos Financeiros no âmbito do Poder Legislativo. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO n° 54/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, com base no disposto nos artigos 51, inciso IV, e 164, § 3°, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1° - Os recursos resultantes da aplicação de disponibilidade do Poder Legislativo, no Mercado Financeiro, serão diretamente contabilizados nas contas próprias integrantes do Plano Contábil respectivo.

Parágrafo Único - A aplicação será feita exclusivamente em instituições financeiras oficiais.

Art. 2° - Os recursos auferidos serão integrados, orçamentariamente, aos constitucionalmente transferidos ao Poder Legislativo e passarão a constituir suporte para as despesas gerais integrantes da programação orçamentária, mediante proposta do Diretor Geral que serão autorizadas e liberadas por Decreto Legislativo da Comissão Executiva.

Art. 3° - A Diretoria Financeira fará controle, em separado, do montante aplicado, através de demonstrativo, com base nos documentos específicos fornecidos pelas instituições mencionadas no parágrafo único do artigo 1°, relacionando a soma, período, taxa, rendimento e fazendo prova de seu crédito na conta movimento do Poder Legislativo.

Art. 4° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.89.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de resolução em referência, objetiva a instrumentalizar, com suporte em ato desta Casa de Leis, a sistemática de aplicação e controle de recursos financeiros eventualmente disponíveis.

Na prática, o exercício de tal aplicação pretende dinamizar a utilização do somatório de valores destinados ao atendimento das necessidades deste Poder Legislativo, ensejando a fuga ao processo de corrosão inflacionária, ao tempo em que a melhor utilização do resultado correspondente permitirá maior flexibilidade operacional a esta Assembléia Legislativa.

Acresce destacar, por ser oportuno, que o projeto de resolução em questão estabelece efetivo sistema de controle dos montantes aplicados, escoimando qualquer possibilidade da ocorrência de anomalias condenáveis ou outras aleatoriedades não contempladas na legislação específica.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 245/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 66/89), que eleva em 57% a gratificação dada ao ocupante de cargo de carreira de Delegado de Polícia e em 80% aos demais ocupantes de cargos policiais civis.

PROJETO DE LEI N° 245/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - A gratificação de que trata o art. 92, da Lei Complementar n° 14/82, com a redação dada pela Lei Complementar n° 35/86 e alterada pelo art. 3° da Lei n° 8931, de 24 de janeiro de 1989, fica elevada para 57% (cinquenta e sete por cento) ao ocupante de cargo da carreira de Delegado de Polícia e para 80% (oitenta por cento) aos demais ocupantes de cargos policiais civis.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de setembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

Sobre esse projeto a mesa vai conceder a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente Srs.

Deputados, o presente projeto de lei, oriundo Mensagem Governamental de n° 66/89, tem por objetivo elevar a gratificação de que trata o artigo 92, da Lei n° 14/82 de 26.05.82, com a redação dada pela Lei Complementar n° 35/36, de 24.12.89, para 57% aos ocupantes de cargos da carreira de Delegados de Polícia, e para 80% aos demais ocupantes de cargo da Polícia Civil.

(Lê o parecer ao Projeto 245/89)

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental de n° 66/89, tem por objetivo de elevar a gratificação de que trata o artigo 92, da Lei n° 14/82, de

26 de maio de 1982, com redação dada pela Lei Complementar n° 35/36 de 24 de dezembro de 1989, para 57% (cinquenta e sete por cento), aos ocupantes de cargos da carreira de Delegado de Polícia e para 80% (oitenta por cento), aos demais ocupantes de cargos policiais civis.

Ao proceder-se a sua análise, notamos a conformidade com o dispositivo da Constituição Estadual de n° 35, caput, que estabelece ser da competência do Poder Executivo a iniciativa de Leis que fixem vencimentos e vantagens aos servidores públicos, assim como aquelas que criem ou aumentem a despesa pública.

Quanto aos aspectos meritórios, temos a ressaltar que a referida proposta irá auferir remunerações mais justas e adequadas às necessidades e reivindicações da categoria dos Delegados de Polícia e demais servidores da Polícia Civil do Estado.

Nestas condições, opinamos FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO do plano de lei em tela, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

ALGACI TÚLIO - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o parecer e o projeto. Aprovados.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 244/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 67/89), que eleva o valor do soldo de Coronel da Polícia Militar do Estado.

PROJETO DE LEI N° 244/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O valor do soldo de Coronel da Polícia Militar fica elevado para Ncz\$ 889,40 (oitocentos e oitenta e nove cruzados novos e quarenta centavos), a partir de 1° de setembro de 1989.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de setembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

O SR. RAUL LOPES - (Lê) Parecer ao Projeto de Lei n° 244/89.

Oriundo da Mensagem Governamental N° 67/89, o presente plano de lei dispõe que o valor do soldo de Coronel da Polícia Militar fica elevado para Ncz\$ 889,40 (oitocentos e oitenta e nove cruzados novos e

quarenta centavos), a partir de 1° de setembro de 1989.

O plano de lei aqui submetido encontra-se em conformidade com o preceito constitucional que cita ser da competência pessoal do Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que fixem vencimentos dos servidores públicos (civis e militares) de nosso Estado.

Com esta proposta o Poder Executivo oferecerá melhores condições salariais e compensará os Policiais Militares pela natureza específica de suas funções e das condições para o seu exercício, que implicam em irregularidades de horário de trabalho, escalas extras, prontidões e policiamentos preventivos em locais de diversões públicas aos finais de semana.

Outrossim, os valores propostos não caracterizam uma revisão geral na remuneração recebida pelos integrantes da Polícia Militar, mas sim, adequação salarial, em função das características próprias do trabalho policial.

Isto posto, chamada a opinar esta Comissão posiciona-se pelo parecer FAVORÁVEL, opinando pela aprovação do Projeto de Lei N° 244/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.89.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RAUL LOPES

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer ao projeto.

APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 207/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de Utilidade Pública a "Associação do Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA n° 72, de 17.08.89.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N° 207/89.

PARECER:

O Projeto de Lei n° 207/89, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, visa declarar de Utilidade Pública a "Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu", com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

Da análise proferida, constatamos que o processo encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo portanto qualquer óbice de natureza legal ou regimental para sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das razões acima expostas, a jus-

tificativa apresentada pelo autor, nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL nos permitindo ainda opinar pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
DAVID CHERIEGATE
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 200/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que atribui a Gratificação de Representação aos Funcionários ocupantes de cargos de nível superior do Poder Judiciário. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI nº 200/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Superior dos Quadros de Pessoal dos Tribunais de Justiça e de Alçada, fica assegurada a percepção de verba de representação correspondente a 80% (oitenta por cento) sobre o respectivo vencimento, incorporável ao mesmo vencimento para todos os efeitos legais.

Art. 2º - Fica aberto o crédito correspondente para as despesas de execução da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 1989.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI Nº 200/89

P A R E C E R :

Oriundo do Egrégio Tribunal de Justiça, o presente projeto de lei tem por finalidade assegurar a percepção de verba correspondente a 80% (oitenta por cento) sobre o respectivo vencimento, incorporável ao mesmo para todos os efeitos legais, aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Superior dos Quadros de Pessoal dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

De acordo com o artigo 98, inciso II, da Constituição Estadual, compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a fixação dos vencimentos do seu Quadro de Pessoal.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a quem é chamada esta Comissão de Constituição e Justiça, nada há que possa obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
SABINO CAMPOS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 200/89

P A R E C E R :

De iniciativa do Egrégio Tribunal de Justiça, o presente projeto de lei tem a finalidade de assegurar a percepção de verba correspondente a 80% (oitenta por cento) sobre o respectivo vencimento, incorporável ao mesmo para todos os efeitos legais, aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Superior dos Quadros de Pessoal dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Foi o mesmo devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, merecendo desta parecer FAVORÁVEL em relação a sua legalidade e constitucionalidade.

Ao procedimento de sua análise, por esta Comissão, quanto ao aspecto financeiro da matéria, não encontramos qualquer impedimento a sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.89.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente
EZEQUIAS LOSSO - Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 200/89

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Judiciário, Tribunal de Justiça, através do ofício nº 156/89-DA; tem por finalidade assegurar a percepção de verba de representação correspondente a 80% (oitenta por cento) sobre o respectivo vencimento, incorporável ao mesmo vencimento para todos os efeitos legais.

Sobre a matéria houve os pronunciamentos favoráveis das Dutas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, não há nada que obste a tramitação do projeto em tela neste Poder Legislativo.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.89.

(aa) NELSON VANSCONCELLOS - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 183/89, de autoria do Deputado Anibal

Khury, que altera a denominação da Fundação Faculdade de Educação Musical do Paraná, para a Fundação Faculdade de Artes do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Pub. no D.A. 66, em 08.08.89.).

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N° 183/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Ilustre Parlamentar Anibal Khury, visa alterar a denominação da Fundação da Faculdade de Educação Musical do Paraná para Fundação Faculdade de Artes do Paraná.

A pretendida modificação nasce da solicitação feita em conjunto de professores, funcionários e alunos da supracitada faculdade. Além do que, a expressão "artes" torna-se mais genérica. Pois, é a música espécie enquanto que arte é o gênero.

Assim sendo, por entendermos ser a nova alteração justa e oportuna, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei n° 183/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 129/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Ofício n° 254/89), que altera a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n° 7297, de 08 de janeiro de 1980 e adota outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 129/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 30 e o inciso II do art. 207, da Lei n° 7297, de 08 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30 - O Tribunal de Alçada, com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o seu território, compõe-se de quarenta e nove (49) juízes, cujo número, mediante proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, poderá ser alterado.

Art. 207 - ...

I - ...

II - 49 juízes do Tribunal de Alçada;

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - ...

Art. 2° - Ficam criados vinte e quatro (24) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada.

Art. 3° - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Al-

çada".

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.05.89.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 343/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que transfere a obrigação do pagamento de taxas de água e energia elétrica das escolas municipais do Governo do Estado. Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 135/88, de 14.12.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 343/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de lavra do ilustre Deputado Nereu Massignan, tem, por escopo, seja transferida para o Estado, via Secretaria da Educação, o pagamento de taxas de água e energia elétrica das escolas municipais da rede estadual.

Vislumbra-se, em exame perfunctório, que a proposta apresentada e ora sob exame, embora possua um elevado e meritório conteúdo, fere princípios constitucionais, em razão de versar sobre matéria financeira, cuja iniciativa é da competência exclusiva do Governador (art. 25, § 1°, cc, art. 47, inciso I, da Carta Magna Estadual).

Todavia, atendendo-se ao princípio de que "a sanção governamental sana o vício de origem", nosso parecer é favorável à sua aprovação.

O Parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 06.06.89.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 343/88

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Nereu Massignan, visa transferir ao Estado, via Secretaria da Educação, o pagamento de taxas de água e energia elétrica das escolas municipais da rede estadual.

A douta Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente ao projeto.

Esta Comissão, chamada a opinar, conclui que ao acolher tal propositura, o Governo do Estado contribuirá de forma inestimável, pois estará garantindo melhores condições de funcionamento das referidas escolas.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.89.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente;
ACYR MEZZADRI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia pelo prazo de 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 343/88, constante da Ordem do Dia de hoje em Primeira Discussão. - Prejudicado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Qual é o projeto que está sendo pedido a retirada da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o Projeto n° 343/88, fls. 3 do Avulso. Autor, Deputado Nereu Massignan. Requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Eu não entendo porque o nobre Líder da Bancada do Governo requer a retirada do Projeto, já que este projeto trata de obrigar a Secretaria da Educação a pagar as contas de luz e água das escolas municipais. Nós estamos cansados de ver as escolas municipais terem que fazer festas, bailes, jantares, bingos, que estão na moda ultimamente, para pagar despesas de manutenção da escola.

Eu discordo do requerimento e pondero aos Srs. Parlamentares que o projeto consta da Ordem do Dia, item 12, não se justifica um adiamento, uma retirada da Ordem do Dia de um projeto de tamanha envergadura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, queiram levantar-se.

15 (quinze) dos Srs. Deputados aprovam o requerimento de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

16 Srs. Deputados rejeitam. - Está rejeitado o requerimento.

1ª Discussão, Projeto de Lei n° 343/88. Em discussão. Em votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)
Sr. Presidente, solicito votação nominal.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem)
Solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa deferê e fará a chamada nominal com votação nominal do projeto, conforme requerimento de n° 1981, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante

do expediente, solicitando a referida votação.

Solicito ao Sr. 1° Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

Os Deputados que aprovam dirão SIM; os Srs. Deputados que rejeitam, dirão NÃO.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado)
(faz a chamada nominal)...

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem)
Sr. Presidente, seria bom avisar aos nobres Parlamentares que nós estamos votando a constitucionalidade do projeto. E o parecer, pela constitucionalidade do projeto, os nobres Deputados que estão votando contra o projeto, estão rejeitando um parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça. Até o voto do Deputado Cândido Bastos, não tinha me apercebido desse detalhe, e ele, como Presidente da CCJ, sabe que o projeto é constitucional.

Portanto, se for para derrubar o projeto, pelo mérito, poderia ser derrubado na próxima sessão, e não na sessão de hoje, porque o parecer é constitucional. E eu queria alertar aos nobres Parlamentares desse detalhe, para que não se incorra novamente em erro.

O SR. CÂNDIDO BASTOS (Pela ordem) - Sr. Presidente, eu votei conscientemente contra o projeto. Eu não estou discutindo a constitucionalidade. Eu sou contra o projeto. É um direito que me assiste. Meu voto já foi dado. Sou contra.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado)
(...continua a votação...)

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -
Queria fazer uma declaração de voto.

Sr. Presidente, por entender que este projeto é altamente demagógico, que não tem a mínima possibilidade, uma vez que não temos autonomia de tirar e nem pôr a questão financeira do Poder Executivo, eu voto contra o projeto.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado)
(Prossegue a votação nominal).

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Justificação de voto) - Sr. Presidente, todos nós sabemos que a primeira votação é quanto a legalidade, a constitucionalidade, a segunda votação é quanto ao mérito, a oportunidade do projeto. Voto com a douta CCJ, voto com o projeto.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado)
(Prossegue a votação nominal).

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Para justifi-

car) - Sr. Presidente, eu voto com o Parecer da CCJ, assinado de forma unânime pelo 1º Vice-Presidente deste Poder Legislativo, Deputado José Afonso Júnior, pelo Presidente da Comissão, Cândido Bastos, pelos Deputados Raul Lopes, Basílio Zanusso, Hermas Brandão, Antônio Costenaro Neto, eu voto com o projeto, a favor do projeto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) (Prossegue a votação nominal).

17 Srs. Deputados votam sim e 17 Srs. votam não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Voto de Minerva, a Mesa decide pelo voto das Comissões, Aprovando o projeto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que denomina "Rodovia Prefeito Irineu Aparecido Savoldi", a rodovia PR-552, que liga os Municípios de Mandaguáçu, passando por Ourizona até o Município de São Jorge do Ivaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 104/88, de 04.10.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 288/88

PARECER:

O nobre Deputado autor do projeto sob exame, pretende homenagear, com a denominação de Prefeito Irineu Aparecido Savoldi, toda a comunidade da região abrangida pela Rodovia PR-552, face o significado da atuação desse político na comunidade mencionada.

Como a legislação pertinente permite que se denomine próprios públicos com nomes de pessoas já falecidas, do aspecto legal nada se antepõe a iniciativa.

Afirme-se, ainda, que a alentada justificativa - a qual tomo a liberdade de adotar como forma conclusiva desse parecer - engloba aspectos significativamente importantes para o embasamento da medida.

Nestas condições, somos de opinião favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 07.12.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO
Presidente e Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 288/88

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Bárbara, visa denominar "Rodovia Irineu Aparecido Savoldi" a rodovia PR-552, que liga os Municípios de Mandaguáçu, passando por Ourizona até o

Município de São Jorge do Ivaí.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria posicionou-se pelo parecer FAVORÁVEL.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o que lhe compete, conclui que a presente proposição é realmente justa homenagem a pessoa do Senhor Irineu Aparecido Savoldi, já que ele foi um dos que lutaram pela construção da PR-552 (que tantos benefícios levou àquela região) e prestou ele grandes trabalhos ao povo e a comunidade do Município de Ourizona e daquela região.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.89.

(aa) ACYR MEZZADRI
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 270/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que denomina o "Colégio Estadual Moysés Lupion", o atual "Colégio Estadual Valle Porto", de Antonina, Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Publicado no DA nº 96/88, de 19.09.88.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI Nº 270/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, o presente projeto de lei, tem por finalidade denominar de "Colégio Estadual Moysés Lupion", o atual "Colégio Estadual Valle Porto", de Antonina, Estado do Paraná.

De acordo com a justificativa apresentada tal modificação visa reconhecer os méritos do governador Moysés Lupion, que semeou vários melhoramentos em Antonina, através de uma dinâmica administração.

Legal e constitucional a matéria não encontra qualquer óbice que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.88.

(aa) ERONDY SILVÉRIO
Presidente
CAÍTO QUINTANA
Relator

Comissão de Educação
PROJETO DE LEI Nº 270/88

PARECER:

De autoria do Deputado Gernote Kirinus, o presente projeto de lei tem por fi-

nalidade denominar de "Colégio Estadual Moysés Lupion" o atual "Colégio Estadual Valle Porto", do Município de Antonina, Estado do Paraná.

Quanto ao mérito a matéria acha-se devidamente justificada através da documentação existente do processo que bem demonstra a razão pela qual a população optou pela denominação da Escola para "Moysés Lupion" que por motivos alheios a sua vontade a partir de 1964 perdeu a denominação citada acima".

Diante do exposto esta Comissão de Educação manifesta o seu parecer favorável pela aprovação ao projeto em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente

NESTOR BAPTISTA

Relator

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PROJETO DE LEI N° 270/88.

PARECER:

O Projeto de Lei n° 270/88, de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus que tem por finalidade denominar "Colégio Estadual Moysés Lupion", o atual "Colégio Estadual Vale Porto" do Município de Antonina, neste Estado.

Examinando atentamente a justificativa anexa ao presente projeto de lei, que visa homenagear o Ex-Governador Moysés Lupion, fazendo justiça aos relevantes benefícios recebidos por aquele município, na administração daquele governador. Quanto ao mérito a matéria acha-se devidamente dentro das normas constitucionais, através da documentação existente no processo, demonstrando a razão pela qual não somente as autoridades, mas também a população optou pela denominação da Escola para "Colégio Estadual Moysés Lupion", que por motivos alheios a vontade daquela laboriosa população, perdeu a citada denominação acima, a partir do ano de 1964.

Diante do exposto, esta Douta Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações, manifesta o seu PARECER FAVORÁVEL ao projeto de lei em exame.

Sala das Comissões, em 14.09.89.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA

Relator

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Com base no artigo 238, da Carta Magna que estamos escrevendo, nesse momento, eu solicito a retirada de Pauta desse projeto.

Para facilitar à Mesa, o artigo 238 diz: "-É vedada a alteração de nomes dos prédios públicos, estaduais e municipais

que contenham nomes de pessoas, fatos históricos geográficos, salvo para correção ou aditação aos termos da lei.

É vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículos de propriedade ou a serviço da administração pública, direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação desta Constituição, inclusive aplicação de nome de pessoa viva, a bem público de qualquer natureza".

E, ao que me consta, Senhor Presidente, o Senhor Moysés Lupion, ex-Governador do Estado, felizmente ainda está vivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter à votação o projeto, porque a Constituição só entrará em vigor, no dia 5. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão. APROVADO.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Quero registrar meu voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 37/88, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que institui a isenção do pagamento de passagens rodoviárias intermunicipais aos idosos, aposentados e deficientes físicos, conforme especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria., PARECER CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade e com PARECER FAVORÁVEL da C.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. n° 08/88, de 10.03.88)..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 037/88

PARECER:

O projeto de lei sob exame intenciona isentar de pagamento de passagem rodoviária intermunicipal, os idosos, os aposentados e os deficientes físicos comprovadamente carentes.

Muito embora, até certo ponto a iniciativa seja meritória, conflita a mesma com princípios basilares de direito inerentes à iniciativa privada, insuscetíveis, portanto, de intromissão indevida de poderes públicos.

A lei, estabeleceu, por determinação Constitucional inserida no item VII, do artigo 21, da Carta Magna Estadual, "as condições segundo as quais o Poder Executivo poderá fixar preços e tarifas de serviços públicos", dando, evidentemente maleabilidade ao governo para estas providências.

Entretanto não há como confundir-se os

serviços públicos propriamente ditos, com as empresas concessionárias de serviços públicos, vez que aqueles são atribuições do poder público e estes são concessões cedidas à iniciativa privada e a particulares.

Chegaríamos às raias do absurdo se, em regime democrático começássemos, ou tivéssemos poderes para impor restrições na liberdade de comerciar de empresas.

Somente para argumentar, poderíamos ver, a cada dia, iniciativas dessa mesma ordem atingindo e beneficiando os menores, os trabalhadores em geral, os sindicalizados e até os profissionais liberais, quando não os "sem-terra", ou os "sem emprego".

Certamente ocorreria a falência empresarial.

Por outro lado, se a iniciativa pretende que o Poder Público subsidie ou mesmo pague as passagens desses beneficiados, através de convênios, a medida pleiteada também fere preceito constitucional pois o projeto, aí, estaria determinando aumento de despesa, cuja iniciativa, no caso, competiria ao Governador do Estado.

De outra sorte, e por derradeiro, cumpre referir que nem mesmo no caso da Lei do Vale-Transporte, o Estado contribui com o numerário necessário a satisfazê-lo, exigindo dos empregadores a contraprestação para aquinhoar seus empregados, inexistindo sacrifício ilegal das empresas concessionárias de serviços públicos.

Destarte, face a flagrante ilegalidade da medida que, dentre outras formas pretende subordinar com prejuízo a liberdade de iniciativa e ingerir de maneira errônea na economia intestina das empresas a que visa atingir, obrigamo-nos a externar nosso entendimento CONTRÁRIO à aprovação da medida.

Sala das Comissões, em 07.06.89

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ERONDY SILVÉRIO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 037/88

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado David Cherigate, pretende instituir a isenção do pagamento de passagens rodoviárias intermunicipais aos idosos, aposentados e deficientes físicos.

Submetida ao crivo da douta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria mereceu parecer contrário dada a sua inconstitucionalidade. Com efeito, a medida proposta choca-se com o disposto no artigo 21, item VII, da Constituição do Estado do Paraná.

Além disso, constata-se que o artigo 4° do referido projeto de lei permite interpretar que caberá ao Poder Executivo o

ônus decorrente da isenção proposta. Assim, o possível subsídio às passagens rodoviárias intermunicipais implicará em aumento da despesa pública.

Neste caso, tratando-se de matéria financeira, a iniciativa legislativa é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Contrária, desta forma, o projeto de lei em questão, dispositivo de nossa Carta Magna Estadual.

Decorre de tais fatos que o projeto de lei apesar de bem intencionado, esbarra em notório vício de origem.

Portanto, não temos outra alternativa senão manifestar o nosso preceito contrário, opinando pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 29.06.88

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente;
HOMERO OGUIDO - Relator.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI N° 037/88

P A R E C E R:

O nobre Deputado Estadual David Cherigate objetiva instituir Isenção de Pagamento de Passagens Intermunicipais a idosos, aposentados e deficientes físicos, desde que carentes (o grifo é do autor).

Submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça não logrou sensibilizar seus Membros, destes recebendo o parecer contrário sob as assertivas de "conflitos de princípios basilares de direitos inerentes à iniciativa privada", "restrições na liberdade de comerciar das empresas" e se a iniciativa pretende que o Poder Público subsidie ou mesmo pague as passagens desses beneficiados, através de convênios, fere preceitos constitucionais por determinar aumento de despesas".

A Comissão de Finanças manifestou-se, igualmente, contrária ao projeto de lei em análise, arguindo desde logo a sua inconstitucionalidade por colidir com o artigo 21, Item VII, da Constituição Estadual. Evoluindo em seus estudos a respeito, os nobres membros dessa Comissão sugerem que o artigo 4°, do projeto de lei ora analisado, permite a interpretação de que caberia ao Poder Público o ônus decorrente da isenção proposta, o que implicaria em aumento da despesa pública.

Isso posto e não cabendo à Comissão de Indústria e Comércio a análise de outros pareceres, invocando justamente o antes arguido artigo 21, Item VII, da Constituição Estadual que diz:

"Art. 21 - Compete a Assembléia, com a sanção do Governador:

I a VI -

VII - estabelecer as condições segundo as quais o Poder Executivo poderá fixar preços ou tarifas de serviços públicos;" etc...

O autor do projeto de lei em estudo

basilou a sua proposta na competência constitucional do Legislativo - conferida pelo dispositivo acima transcrito, servindo-se de todas as suas letras.

Se compete ao Poder Executivo, com a devida autorização da Assembléia Legislativa, organizar seus Serviços - entre os demais os relativos aos transportes estaduais e intermunicipais, conforme preceito constitucional consagrado no artigo 8º, letra "n", parágrafo único, da Constituição Federal em plena vigência - fica implícita, desde a origem, a prerrogativa governamental de arrolar condições sob as quais tais serviços serão desenvolvidos e que deverão amparar os contratos de concessão quando for o caso.

Ora, conceder serviços de transportes estaduais e intermunicipais sob a condição de que idosos, aposentados e deficientes físicos serão beneficiados com a gratuidade das passagens - conforme é proposto pelo projeto de lei do Deputado Cheriegate em seu artigo 2º - é competência do Poder concessionário. Essa competência está perfeitamente definida no já especulado artigo 21, Item VII, da Constituição Estadual e pretende o autor do projeto definir formalmente pelo estabelecido em seu projeto de lei, a gratuidade e seus beneficiários.

Nenhum mandamento constitucional determina ou, sequer, sugere que os serviços de transporte devam ficar marginalizados da organização do Poder competente - necessidade, aliás, sugerida no parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça que alega a abertura de precedente perigoso que estimularia outras iniciativas semelhantes. Não é o caso presente, certamente, e a norma pretendida tem por escopo criar um benefício a ser estendido a determinados membros da sociedade os quais, reconhecidamente, precisam e devem ser melhor assistidos pelo Poder Constituído - como já é feito há muito por outros povos mais adiantados social, administrativa e politicamente.

Discordamos da interpretação sugerida para o artigo 4º, desse ora estudado projeto de lei. Sob a alegação dos seus termos, quando lei, não poderá prosperar qualquer reclamação de que ao Estado caberá o ônus decorrente da isenção proposta. Nem é esse o mandamento, como não permite tal confusão a figura semântica. A rigor, salvo alento de melhor juízo, todo o dispositivo do artigo 4º poderia ser amputado do projeto sem lhe causar prejuízo aos objetivos gerais.

Se o objetivo é isentar de pagamento de passagens rodoviárias, pessoas que relaciona, a determinação não implicaria, absolutamente, em intromissão do Poder na iniciativa privada, pois no ato da concessão estaria arrolando essa insenção como

condição que constaria do contrato.

Pelo que estabelecem as Constituições Federal e Estadual, portanto, o Projeto de Lei nº 037/88 é perfeitamente condizente com o teor expresso e com as prerrogativas do Governo Estadual, concedidas pelos Magnos Diplomas não se caracterizando, pois, intromissão do Poder Concedente nos negócios de empresas privadas concessionárias de serviços.

Ampara-se o Projeto de Lei nº 037/88 no artigo 8º, letra "n", parágrafo único, da Constituição Federal, obedecendo, igualmente, o estabelecido pelo Art. 21, Item VII, da Constituição Estadual, pelo que julgamos merecedor do PARECER FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Presidente

JOÃO ARRUDA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 37/88, constante da Ordem do Dia de hoje em Primeira Discussão. - Rejeitado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, o Hospital de Crianças César Pernet. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/89, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE MANTENEDORA DE ASSISTÊNCIA - SOMA, com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/87, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. GUNTOLF VAN KAICK. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/85, de autoria dos Deputados NILSO SGUAREZI, DIRCEU MANFRINATO e ORLANDO PESSUTI, que define "Moagem Colonial" e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A., por unanimidade. -

Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 97/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que complementa a Lei n° 8403, de 31.10.86, por imposição do Art. 7º, II, da Lei Complementar n° 27. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 220/89, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ipiranga, Estado do Paraná, o imóvel urbano que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 132/89, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que concede a Jucilda Pacheco Antonelli, viúva do ex-Prefeito do Município de Terra Roxa, Ademir Antonelli, uma pensão mensal no valor de dois (02) salários-mínimos de referência. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 196/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA GENERAL ANTÔNIO SAMPAIO, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. - **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 1959, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1902, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1950, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1952, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1953, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1979, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1895, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1900, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1960, de autoria do Sr. Deputado Amélia Hruschka, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1975, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - **Aprovado.**

Em princípio, 1º de dezembro de 89, a Mesa vai consultar se há vaga nesta data.

Requerimento de n° 1965, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1966, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1967, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1968, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1969, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1970, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1958, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. - **Aprovado.**

(A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de n° 1954, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1942, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1943, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1944, de autoria do

Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1939, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1940, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1941, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1931, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1932, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1933, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1934, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1925, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1926, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1927, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1928, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1929, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1930, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1924, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1923, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1921, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do

Requerimento de n° 1938, de autoria do

expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1920, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1919, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1916, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1915, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1914, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1913, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1912, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1911, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1910, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1908, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1909, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1886, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1887, de autoria do Sr. Deputado Namir Placentini, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1888, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1889, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1890, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1891, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1897, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1899, de autoria do Srs. Deputados Antônio Annibelli e Renato Adur, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1901, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1903, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de n° 1904, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1905, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1971, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1972, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1973, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1976, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1978, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1977, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Em votação.

UM SR. DEPUTADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 220/89.
- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 97/88, 123/87, 270, 288 e 343/88, 129, 146, 183, 200, 207, 218, 244 e 245/89, e dos Projetos de Resolução n° 54 e 55/89.
- 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 189/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LAURO LOBO ALCANTARA, EM SESSÃO DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 1989.

"NÃO CHORA, PATO BRANCO"

Seria o prenúncio do fim? Os gemidos cortantes dos ventos diziam que sim. A fé, afirmava que não. Entretanto, como no dia da Criação, a luz iluminou o caos, a desordem, a confusão.

E o homem encontrou o seu mundo coletivo, o seu mundo particular, a sua casa, em estado deplorável.

Ali, o curso da Terra havia perdido um tempo, pois tempo era necessário, tempo era imprescindível para recuperar Pato Branco das conseqüências danosas do inclemente vendaval que deixou ao desabrigo, inúmeras famílias.

Desta vez, como em todas as vezes em que se apresentam os fenômenos da natureza, os reflexos do vento não tinham endereço certo.

Atingidas, foram mansões e mansardas; prejudicados, foram ricos e pobres; arrancadas, foram roseiras e árvores. Sobre tudo e sobre todos pairaram os ventos fustigantes da destruição.

E Pato Branco viu-se tal e qual o mundo no dia da Criação, e revestiu-se das características de uma ilha perdida na vastidão do oceano...

Urge que nos irmanemos como única forma de trazer à sua realidade esta cidade bonita, colorida, humana e feliz, com as suas cores originais, que hoje estão foscas e manchadas, desvirtuando os grandes propósitos que alimentaram o espírito aventureiro e empreendedor do povo que galgou o pódio da vitória, ao conquistar para nós o título incontestável de "Capital do Sudoeste".

Não chora, Pato Branco!

Teu povo é guerreiro: irmãos de múltiplos pais, de mãos brancas, negras, pardas, amarelas, magras, caledas, fortes, macias, de donos de múltiplas crenças, de múltiplas ideologias, hoje estão juntas,

gêmeas na dor, como gêmeas são no riso.

Hoje, juntas, mais juntas que nunca, estão a manter acesa a luz votiva do amor e da esperança.

Mãos maravilhosas de um bravo povo, que abençoa os seus filhos, que lhes dá abrigo sob a égide benfazeja das milhares de bandeiras que representam os nossos ancestrais.

Em memória dos nossos pioneiros, que fizeram de Vila Nova, Pato Branco, permanecemos unidos, sejamos persistentes na nossa solidariedade, pois muito há ainda a ser feito, até que Pato Branco reassuma as suas vestes de cidade próspera, ordeira, bonita e acolhedora.

Unidos nas adversidades, adquirimos todos os direitos de colher, na estação outonal, todos os doces frutos das horas boas.

Independente da intensidade da batalha, a luta pela vida continua.

Bendita seja a luta desses irmãos que se unem e repartem a hóstia da esperança em louvor da reconstrução.

Não chora, Pato Branco!

Teu povo te ama!"

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 1989.

"MÉDICO VETERINÁRIO;

POR TRÁS DE TUDO ESTÁ O HOMEM"

Paulo de Araújo Guerra

O dia 9 de setembro é dedicado ao Médico Veterinário. Quem é ele, afinal de contas? O que faz? Qual é a sua importância como profissional?

"JURO NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO; DOAR MEUS CONHECIMENTOS EM PRÓL DA SALVAÇÃO E DO BEM-ESTAR DA VIDA ANIMAL RESPEITANDO-A TAL QUAL A VIDA HUMANA E PROMOVENDO O CONVÍVIO LEAL E FRATERNAL ENTRE O HOMEM E AS DEMAIS ESPÉCIES, NUM GESTO SUBLIME DE RESPEITO A DEUS E À NATUREZA".

Ser Médico Veterinário é trabalhar com animais silvestres, em zoológicos ou em parques nacionais. É contribuir para a manutenção individual ou coletiva de uma espécie ou mesmo de um exemplar ecológico, hoje tão bruscamente afetado, colocando em risco a própria espécie humana. **POR TRÁS DE TUDO ESTÁ O HOMEM.**

Ser Médico Veterinário é trabalhar como clínico de pequenos animais ou animais de estimação. É contribuir para prolongar a vida e diminuir o sofrimento de animais que, assim como nós, sentem dores. São estes animais que, muitas vezes, proporcionam momentos de alegria e descontração aos seres humanos, sensação de segurança, de

companhia, de amizade. POR TRÁS DE TUDO ESTÁ O HOMEM.

Ser Médico Veterinário é trabalhar como melhorador de animais de transporte, tração ou seja. É contribuir para o melhoramento de espécies que possam nos auxiliar, em forma de alternativas de transporte e tração contribuindo para a fixação do homem na terra, evitando a superpopulação dos grandes centros urbanos, origem dos grandes conflitos sociais.

POR TRÁS DE TUDO ESTÁ O HOMEM.

Ser Médico Veterinário é trabalhar com animais, fonte de produção de alimentos (carnes, ovos, leite etc.). É dar sua parcela de contribuição para uma maior produção de alimentos, tanto em quantidade quanto em qualidade. É dar sua parcela de contribuição para a produção de um alimento tão precioso, de vital importância para a formação de nossas crianças, que é o leite. (Embora de acesso tão difícil para a maioria das pessoas e tão desvalorizado para quem o produz).

POR TRÁS DE TUDO ESTÁ O HOMEM.

Ser Médico Veterinário é trabalhar com reprodução animal. É pesquisar e avançar em técnicas que auxiliem a multiplicação, em menor tempo possível, de qualidades desejadas das melhores matrizes e reprodutores, revertendo em maior produção de bens alimentos.

POR TRÁS DE TUDO ESTÁ O HOMEM.

Ser Médico Veterinário é trabalhar com animais de laboratório, criando-os e fazendo experimentos, observando efeitos de substâncias para posterior aprovação ou condenação de seu uso em seres humanos.

POR TRÁS DE TUDO ESTÁ O HOMEM.

Ser Médico Veterinário é trabalhar com "zoonoses", que são as doenças comuns aos homens e aos animais. É cuidar da saúde dos animais, evitando a transmissão de doenças, muitas vezes fatais, ao ser humano. É manter uma permanente vigilância da RAIVA, principalmente em cães, contribuindo para que não se registre mais a doença em humanos (No Paraná, nos últimos dez (10) anos, só aconteceram dois casos, enquanto em outros estados há registro de 10 casos por ano).

POR TRÁS DE TUDO ESTÁ O HOMEM.

Ser Médico Veterinário é trabalhar com inspeção de produtos de origem animal, atuando dentro de frigoríficos, laticínios, identificando doenças ou lesões que possam intoxicar ou provocar doenças no homem que ingerir estes produtos.

POR TRÁS DE TUDO ESTÁ O HOMEM.

Ser Médico Veterinário é também ser um conhecedor de como vivem os microorganismos, como se multiplicam, como chegam aos alimentos, como crescem e deterioram esses alimentos. É saber o que acontece ao homem que ingere esses alimentos estragados.

Ser Médico Veterinário é ser higienista, ser epidemiologista, isto é, ter noção da evolução das doenças em uma população, é fazer o seu papel de cidadão participativo e ajudar a cumprir o artigo 196 da nossa Constituição que diz: "A saúde é direito de todos e dever do Estado".

POR TRÁS DE TUDO ESTÁ O HOMEM

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOSÉ FELINTO, EM SESSÃO DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 1989.

"O Segredo de um Campeão de Fartura"

Maria Luiza Reginaldo Mendes

Num país chicoteado pela inflação, falta de investimentos públicos e outros males econômicos, o brasileiro acostumou-se à oratória da crise. No Paraná, Estado habitado por 10 milhões de pessoas espalhadas por cidades cujo padrão de vida está entre os melhores do Brasil, como Curitiba, Londrina e Maringá, fala-se em outro tom, mais animado e muito mais confiante.

Só nos seis primeiros meses deste ano, o Paraná apresentou um crescimento de sua indústria 2,3% maior que no mesmo período do ano passado - enquanto o Brasil assistiu a um emagrecimento da produção da ordem de 2,1%. Os Estados mais desenvolvidos, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, que juntos representam 70% da riqueza nacional, todos eles têm enfrentado um decréscimo de suas produções industriais este ano - somente São Paulo amargou uma performance negativa superior a 3% este ano.

Em decorrência do seu crescimento, o Paraná pôde oferecer, no primeiro semestre deste ano, 30.000 novos empregos industriais no Estado, o dobro do verificado ao longo do Plano Cruzado, em 1986, um dos períodos de maior euforia da História do País. Também no campo agrícola, esperam-se resultados excepcionais - até o final do ano, devem ser colhidos, no Paraná, 8 milhões de toneladas de grãos, um quarto de toda a produção do País. Como coisas assim nunca acontecem sem despertar interesse externo, empresários de todo o País apostaram 1 bilhão de dólares em novos investimentos no Paraná, desde janeiro, quase o dobro do que foi investido ao longo de todo o ano passado.

NICHO ECOLÓGICO - "Nunca crescemos tanto em tão pouco tempo", comemora o Governador Álvaro Dias.

"Aqui no Paraná, o Brasil está andando mais depressa", afirma o empresário Israel Klabin, presidente de um dos grandes complexos industriais do País, o Grupo Klabin.

No Paraná, até aquele grupo de profis-

sionais que em todo País têm recebido vermelho no boletim - os políticos - acaba premiado pela opinião pública. Na semana passada, uma pesquisa do Instituto DataFolha, do jornal "Folha de São Paulo", constatou que 65% da população do Estado considera a administração de Álvaro Dias boa ou ótima e outros 26% a consideram regular, o que significa um índice de aprovação de 91%, o maior do Brasil, entre todos os Governadores.

ACIMA DA MÉDIA

O Paraná foi o Estado que teve o maior crescimento industrial no primeiro semestre deste ano.

BRASIL	- 2,1
SÃO PAULO	- 3,7
MINAS GERAIS.....	- 1,9
RIO GRANDE DO SUL	- 0,1
RIO DE JANEIRO	- 0,0
PARANÁ	- 2,3

Um índice tão alto de aprovação é um mérito que cabe em boa parte ao próprio Álvaro Dias, mas também deve ser creditado ao nicho ecológico que ele governa. Afinal, a popularidade não chega a ser um privilégio exclusivo do atual Governador.

O atual Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, do PDT, é considerado o mais popular entre todos os prefeitos das capitais brasileiras. O que também ocorreu com o seu antecessor na Prefeitura, Roberto Requião, do PMDB, e mesmo com o antecessor de Dias no governo do Estado, o atual senador José Richa, do PSDB. "Não é difícil conquistar a simpatia dos paranaenses", diz Richa. "Basta o Governo não interferir muito na vida das pessoas que elas mesmas se encarregam de aproveitar as boas oportunidades que surgem por aqui", explica.

SINAIS DE RIQUEZA - Existem regiões do País com economias fortemente consolidadas, como o ABC paulista, no terreno industrial, ou o Triângulo Mineiro, no setor agrícola. Há também no Brasil um cenário diferente desses dois, formado pelas fronteiras de desenvolvimento onde a economia cresce num ritmo fervilhante, como Rondônia ou os cerrados do Centro-Oeste. Um traço marcante do Paraná é que, de certa forma, o Estado reúne essas duas características. Sua economia está consolidada e ao mesmo tempo revela aquele entusiasmo dos novos empreendimentos.

É preciso acrescentar a esse quadro um terceiro elemento decisivo. O Paraná é um excelente lugar para se viver. Da mesma forma que centros como Blumenau, em Santa Catarina, Ribeirão Claro, em São Paulo ou Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, muitas cidades paranaenses atravessam um período de tranqüilidade, no qual a população encontra emprego fácil, boas escolas para os

filhos, médicos disponíveis e transporte eficiente. "Estamos ocupando um lugar privilegiado no cenário nacional", diz o Governador Álvaro Dias.

Para onde quer que se olhe encontram-se evidências do aumento das riquezas no Estado. Em Curitiba, a indústria de refrigeradores Prosdócimo, dona de 40% do mercado brasileiro do setor, investiu 50 milhões de dólares na construção de uma nova fábrica e até o final do ano deverá entregar 90.000 freezers por mês. "Vamos abocanhar 60% do mercado já em 1989", acredita o empresário Sergio Prosdócimo. Também em Curitiba, onde está instalada desde 1979, a indústria sueca de ônibus e caminhões Volvo faz planos de exportar 1.500 veículos este ano, um terço de sua produção.

Em Londrina, o empresário paulista José Antônio Paulatti investiu 3 milhões de dólares para aumentar a capacidade de produção de sua indústria de refrigeradores para supermercados, a Fuji Frio. Desde janeiro, a empresa vem processando cinco vezes mais chapas de aço do que no ano passado e já faturou 6 milhões de dólares - 400% a mais do que no mesmo período do ano passado. "Estamos trabalhando a plena carga para cumprir todos os nossos compromissos", diz Paulatti, que introduziu no início do ano um turno extra de trabalho para dar conta das encomendas.

Maringá, uma cidade de 190.000 habitantes encravada na região cafeeira do norte do Estado, a 428 quilômetros de Curitiba, abrigava até a semana passada uma pequena feira industrial de empresários locais. No último domingo, quando a feira terminou, as 72 empresas que expuseram seus produtos, como móveis, alimentos, materiais de metalurgia e tecidos, contabilizaram negócios da ordem de 2 milhões de cruzados novos, o dobro do registrado na feira de 1988. "No ano passado minha freguesia se resumia a trinta confecções", conta Miguel Fuentes Salas, dono de uma fábrica de camisetas na cidade, que vendeu todo o seu estoque durante a feira. "Agora tenho 100 clientes, e nossa fábrica está funcionando 24 horas por dia para dar conta do recado", acrescenta o empresário.

Fazendas Modernas - O vigor do Paraná repousa sobre várias razões, todas fáceis de perceber. A primeira delas é a agricultura, um dos grandes sustentáculos da economia brasileira. Desde o início dos anos 70, quando os fazendeiros paranaenses descobriram a soja, a agricultura no Estado tem crescido a taxas acima da média do país e sempre com o auxílio da mecanização. É uma agricultura moderna, voltada para a conquista de maior produtividade, ao contrário do que ocorre na Zona da Mata de Pernambuco, por exemplo, onde ainda se cultivava a cana-de-açúcar com as velhas

técnicas de sempre, ou em áreas maranhenses destinadas ao plantio do arroz, para não falar em coisas mais rústicas, como a extração da juta ou da castanha-do-pará. A agricultura moderna do país bate sucessivos recordes de safra e produz saldos na balança comercial cada vez maiores. Com isso, injeta dinheiro na economia para o desenvolvimento do país. No Paraná também é assim. Só que isso ocorre de uma forma mais acentuada do que em outros Estados.

Outro elemento que contribui para o crescimento do Paraná, além da colaboração do imigrante e do brasileiro que veio de outros Estados para fazer sua fortuna naquela região cheia de promessas, é a sua estrutura fundiária, formada em boa parte por pequenas e médias propriedades. É verdade que essas propriedades nada têm a ver com a pequena gleba que se encontra em outros lugares e que só produz o feijão e a mandioca para a subsistência familiar. No Paraná, os pequenos agricultores estão acostumados a produzir recordes agrícolas.

Até o final de outubro serão colhidos no Estado 3,5 milhões de toneladas de trigo, 60% de toda a produção brasileira. Nada menos que 94% dos produtores de trigo do Paraná possuem menos de 100 hectares de terra. O Paraná também é o maior produtor nacional de milho, algodão e feijão. É um outro cereal, contudo, a soja, que tem envolvido o Estado desde o início dos anos 70 - o Paraná é o segundo maior produtor do país, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul. Com a soja, o Estado deixou de ser exclusivamente agrícola e ingressou firme na industrialização. Primeiro, com a instalação de agroindústrias de transformação, como as de óleo de soja. Hoje, quando 65% de seu território já está ocupado com quase 14 milhões de hectares de lavouras, a febre desenvolvimentista se dá também com a instalação de indústrias em outros setores da atividade econômica.

"Nós já atingimos o limite da fronteira agrícola", afirma Edilberto José Alves, diretor da Cooperativa de Cafeicultores de Maringá. "A ordem agora é industrializar a própria produção agrícola e investir em técnicas que aumentem a produtividade", acrescenta. Outra das forças que têm ajudado o crescimento do Estado é a multiplicação das cooperativas agrícolas. O Paraná conta hoje com 360 cooperativas que abrigam quase 500.000 pequenos produtores. É das cooperativas que saem seis de cada dez grãos produzidos no Estado. Em Campo Mourão, por exemplo, a cooperativa local de produtores de soja começou em 1970 com 79 associados - hoje conta com 33.000 sócios.

ALMOÇO EM CASA - Há, fora da agricultura, muitos outros bons termômetros para

se medir a temperatura econômica do Paraná. Um deles, o Porto de Paranaguá, o terceiro maior do país, este ano deverá embarcar para exportação, 13 milhões de toneladas de grãos, superando o recorde estabelecido em 1985. Desde o início do ano, já foram exportados por Paranaguá, entre café, madeira, papel e soja, quase 2 bilhões de dólares, deixando o porto no limite da sua capacidade. Outro termômetro, a indústria gráfica, que produz embalagens e notas fiscais, por exemplo, é até o momento o setor que tem apresentado o melhor desempenho no Estado ao longo deste ano. Desde janeiro, a indústria gráfica cresceu quase 15% em relação ao mesmo período do ano passado. "Estamos crescendo porque aumentou vertiginosamente a demanda por rótulos e embalagens", explica Werner Egon Schrappe, presidente no Paraná da Associação Brasileira das Indústrias Gráficas.

Em todo o Estado, o perfil das cidades tem se alterado substancialmente. Em Maringá, por exemplo, existem hoje dezenas de edifícios de apartamentos, em fase de construção - só este ano a Prefeitura aprovou 1.854 novos projetos de edificações. Também está sendo aguardado para breve o primeiro shopping center da cidade - as obras ainda não tiveram início por causa de uma pendência judicial entre duas construtoras que brigam pelo direito de erguer o shopping. O mesmo ocorre em Cascavel, de 200.000 habitantes, o principal centro urbano do oeste do Estado, onde duas outras construtoras também brigam pelo direito de fazer o shopping local.

Em cidades que assistem a um crescimento muito rápido, o maior risco é o da queda acentuada da qualidade de vida. Curitiba, com seu 1,3 milhão de habitantes, é conhecida por ter sido a primeira metrópole brasileira a resolver bem o seu problema de transportes coletivos - gasta-se duas vezes menos tempo para ir do centro de Curitiba para um bairro da periferia, do que um trabalhador de Fortaleza, cidade do mesmo tamanho, gasta para percorrer uma distância equivalente. Maringá situa-se entre as mais agradáveis cidades brasileiras de tamanho médio, com suas avenidas largas e bem arborizadas.

Londrina, que começou a crescer há cinquenta anos, com a chegada dos cafeicultores paulistas no norte do Estado, conta hoje com 500.000 habitantes, quase o dobro de uma capital como Florianópolis, mas ainda conserva muitas vantagens de uma cidade do interior.

"Em São Paulo não consigo almoçar em casa e pareço um desquitado, que quase não vê a família", afirma o empresário José Antônio Paulatti, da Fuji Frio, que decidiu no final do ano abandonar a agitada vida paulistana e se instalar de-

finitivamente perto de sua empresa. Ocupará um luxuoso apartamento de 550 metros quadrados em Londrina. "Agora eu vou ter uma vida mais saudável e viver de verdade", acredita.

BOM CONJUNTO - Na verdade, não se encontra no Paraná um cenário inédito. Vários dos traços positivos do Estado podem ser observados fora de lá, em pontos específicos. As cidades do interior paulista são também excelentes para se viver e, em seu conjunto, formam um pontilhado mais expressivo do que o do Paraná. No oeste baiano, os agricultores gaúchos têm conseguido bater sucessivos recordes de produtividade de soja, no Oeste de Minas Gerais também se vê uma esplêndida sucessão de campos cultivados, o que também se observa no Mato Grosso do Sul. Em Santa Catarina, os pequenos produtores igualmente se organizam em cooperativas eficientes, da mesma forma que os descententes de japoneses, em São Paulo. O Paraná enfrenta ainda vários dos problemas sociais existentes no País, como serviços precários e miséria na periferia de suas maiores cidades. É claro: há favelas em Curitiba, há miséria em bairros de Londrina, há algum analfabetismo por toda parte e razões para queixas em todos os bairros. Ocorre que no Paraná os serviços nunca são tão ruins nem a miséria tão alarmante quanto em outros lugares do País.

O conjunto - essa é a questão - ali se apresenta muito bem. Da mesma forma, o desenvolvimento econômico no Estado não pode ser considerado uma explosão repentina, mas é algo que vem ocorrendo ao longo dos últimos vinte anos e acelerou-se de três anos para cá. O que ocorre de especial no Paraná é a combinação ao longo de décadas, num único território, de uma série de desempenhos econômicos e sociais um pouco acima da média nacional. Isso foi o suficiente para transformar o Estado num lugar que se destaca do panorama geral. Por isso, não se vêem muitos paranaenses interessados em sair do seu Estado - a menos que seja para abrir uma nova fronteira econômica nos campos do Brasil central ou nas vastidões de Rondônia. Nestes lugares, existem muitos paranaenses.

UMA RECEITA PARA BOAS SAFRAS: AS COOPERATIVAS DESLANÇAM O CULTIVO

Há vinte anos o Paraná encontrou nas cooperativas uma boa fórmula para aumentar a produtividade das pequenas e médias lavouras que, juntas, preenchem quase toda a área cultivada do Estado. Hoje, as 360 cooperativas existentes no Paraná estão entre as maiores empresas privadas do Estado

e contribuem com uma fatia de 60% do PIB local.

Os resultados positivos que essas estruturas agropecuárias vêm alcançando começam, a cada safra, com uma preocupação muito simples: a orientação técnica a pelo menos 500.000 produtores rurais. Em 1970, quando começou a cultivar a soja, o agricultor Imar Borges não conseguia colher mais que 33 sacas por hectare. Essa baixa produtividade levou Borges a procurar a COAMO, a Cooperativa de Campo Mourão, onde entrou em contato com técnicas mais adequadas para o plantio do produto. Em março deste ano, Borges chegou a colher 37 sacas de soja por hectare. "A maior vantagem da cooperativa é dar ao pequeno produtor uma estrutura que ele jamais teria sozinho", explica José Galassini, Presidente da COAMO.

Nos últimos anos, as cooperativas paranaenses partiram para a industrialização dos produtos que seus associados cultivavam - e têm se dado bem. A COOFAVEL, da cidade de Cascavel, por exemplo, possui hoje oito indústrias que figuram entre as maiores do município. No ano passado, uma parte do 1,4 milhão de sacas de soja colhidas, foi transformada em 80.000 toneladas de óleo bruto. Outro caso de sucesso é a COCAMAR, que atua na região de Maringá. Essa cooperativa, que começou como um simples agrupamento de cafeicultores, mantém hoje um parque industrial que inclui o refino do óleo de soja, uma fiação de algodão e outra de seda. Até o final do ano, a COCAMAR espera atingir com suas indústrias, 242 milhões de dólares em venda ao mercado interno, seu melhor resultado desde 1984.

O MAPA DA RIQUEZA

O Paraná tem embalado o seu desenvolvimento na força econômica de um bom número de pequenas e médias cidades do interior, como Maringá e Cascavel.

Com 1.3 milhões de habitantes CURITIBA abriga grandes indústrias, como a Volvo e a Prosdócimo, que sozinha produz a metade dos freezers do país.

Cascavel, com 200.000 habitantes, é a principal cidade do oeste do Paraná, a maior região produtora de trigo do país e segunda maior de soja.

Em Telemaco Borba está instalada a maior indústria de papel do Brasil, a Klabin, que emprega um sétimo da população da cidade de 64.000 habitantes.

Paranaguá é o maior porto exportador de grãos da América Latina. Este ano deve quebrar seu próprio recorde com um embarque de 13 milhões de toneladas.

Em CAMPO MOURÃO, cidade de 74.000 habitantes, está a sede da maior cooperativa

de soja do Estado, a COAMO, responsável por 10% da produção paranaense.

Com 40.000 habitantes, UNIAO DA VITORIA é a maior produtora de feijão preto do Paraná. Na cidade, também existe uma pujante indústria de móveis.

LONDRINA, a segunda maior cidade do Paraná, tem 500.000 habitantes. Em sua região, estão concentrados os maiores produtores de algodão e ovos do País.

Em FRANCISCO BELTRAO, cidade de 57.000

Curitiba, quinta, em 02.10.89

habitantes, está concentrado o maior rebanho de suínos do Paraná, o principal criador do País.

MARINGÁ tem 190.000 habitantes e é o segundo maior centro atacadista do país. Dentro de um ano, ali se inaugura a maior fábrica de café do Brasil.

CASTRO, com 50.000 habitantes, abriga a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná, a Batavo, terceira maior produtora de iogurtes do País.